



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**AÇÃO AFIRMATIVA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE COTAS RACIAIS**

RENATO DINIZ BASÍLIO

Brasília-DF

2016

RENATO DINIZ BASÍLIO

**AÇÃO AFIRMATIVA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE COTAS RACIAIS**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Murta Collares

Brasília- DF

2016

RENATO DINIZ BASÍLIO

**AÇÃO AFIRMATIVA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE COTAS RACIAIS**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Ana Cristina Murta Collares (orientadora) – SOL/UnB

Prof Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro (examinador) – SOL/UnB

Dedico este trabalho a João Basílio da Silva,
grande pai e grande homem, e à minha querida
avó Benedita, Mãe Dita, pelo exemplo e pela
inspiração que foram e sempre serão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Senhor de todas as coisas, pela luz e inspiração nos momentos difíceis, e por tudo em minha vida. Só ele sabe pelo que cada um de nós passamos.

À minha mãe, Joana, para quem todos os agradecimentos ainda são poucos. Muito obrigado por tudo, por todo o carinho, apoio, paciência, pelos conselhos, pelo seu exemplo, enfim, pelo amor incondicional. Agradeço ao meu pai, João, por todos os valores que me passou, assim como minha mãe, e por ter me ensinado o gosto pela leitura e pelos seus questionamentos em relação à sociedade, que foram um dos principais motivos que me levaram a escolher as ciências sociais.

Agradeço também ao meu irmão André, por todo o apoio e por toda a amizade, e por ter sido decisivo para que eu entrasse na UnB. Você sabe bem, e eu te agradeço muitíssimo por isto. À cunhada, Claudinha, pelos socorros quando tive problemas com os computadores, e à minha prima Piedade, por todo o apoio oferecido quando entrei nesta universidade.

À minha orientadora, professora Ana Cristina, pela compreensão, pelas dicas precisas e por ter continuado acreditando na minha pesquisa mesmo nos momentos em que este orientando apresentou algumas dificuldades. Muito obrigado.

Ao professor Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro, por ter aceitado participar da banca examinadora.

A todos os professores do Departamento de Sociologia, por tudo que pude aprender ao longo desses anos com vocês, ao pessoal da secretaria, que sempre foram prestativos e estiveram dispostos a ajudar e ao pessoal do curso de ciências sociais que pude conhecer e conviver ao longo desses anos.

RESUMO

O sistema de cotas raciais nas universidades brasileiras foi adotado de modo pioneiro pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2003. Desde então tem sido objeto de muitos debates, principalmente nos meios midiático, político e acadêmico, cercado de muita controvérsia e um grande dissenso. No contexto da aprovação recente de leis que aprofundaram as políticas de ações afirmativas raciais, além da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do sistema de cotas, em 26 de abril de 2012, este trabalho investiga as percepções em relação ao sistema de cotas raciais daqueles que são os seus potenciais beneficiários: os estudantes de ensino médio da rede pública e privada. Esta monografia faz um estudo comparativo entre as percepções dos alunos de uma escola pública e de uma escola particular de ensino médio do Distrito Federal, a partir da utilização de entrevistas semi-estruturadas individuais e da análise do discurso. A pesquisa analisa a possibilidade do fator racial influenciar na opinião dos estudantes a respeito da política de cotas, além de investigar qual o conhecimento dos mesmos em relação à essa política e como se informam a respeito.

Palavras-chave: Sistema de cotas raciais, ações afirmativas, raça, racismo, relações raciais, estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O SISTEMA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL.....	10
1.1 Contextualização do problema.....	10
1.2 O debate sobre cotas raciais na universidade: Raça e racismo no Brasil.....	12
2. AÇÕES AFIRMATIVAS E O SISTEMA DE COTAS.....	19
2.1 Ações afirmativas: Definição e breve histórico	19
2.2 Cotas raciais: um modelo de ação afirmativa.....	21
2.3 Sistema de cotas raciais no Brasil: o contexto de surgimento.....	22
3. O PASSADO ESCRAVISTA, A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	25
3.1 A Influência da ideologia do branqueamento no período pós abolição e a questão do passado escravista como justificativa para as cotas raciais.....	25
3.2 O mito da democracia racial e a tese do preconceito de classe.....	29
3.2.1 Democracia racial, antirracismo e o racismo brasileiro.....	29
3.2.2 Negação do racismo no Brasil: A tese do preconceito de classe.....	32
3.2.3 Raça e pobreza: O elemento racista no preconceito de classe.....	33
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
5. PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE COTAS RACIAIS.....	37
5.1 Percepções dos estudantes de escola pública em relação ao sistema de cotas.....	38
5.2 Percepção das estudantes de escola particular em relação ao sistema de cotas.....	57
5.3 Percepções dos estudantes de ensino médio em relação ao sistema de cotas raciais: Uma análise.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
ANEXO A -Tópico Guia.....	84
ANEXO B -Lista de códigos utilizados na transcrição.....	86

INTRODUÇÃO

Diante do cenário de avanços recentes no tocante às políticas de ações afirmativas, este trabalho enfocará o sistema de cotas no ensino superior, com maior ênfase para as discussões referentes às cotas raciais, porém também tendo como referência a mudança que se deu nesse contexto a partir do estabelecimento da Lei 12.771/12 – lei das cotas no ensino superior - que determina que 50% das vagas nos vestibulares das universidades federais sejam reservadas para estudantes que cursaram todo o ensino médio na rede pública.

A partir dessa realidade, pretendemos discutir a política de cotas raciais nas universidades brasileiras, investigando qual seria a visão dos estudantes que potencialmente seriam beneficiados (ou não) por estas, ou seja, estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares. Nos concentraremos na análise de duas escolas do DF e no conhecimento de seus estudantes a respeito da política de cotas e suas opiniões sobre a mesma.

A motivação para pesquisar as percepções dos estudantes em relação ao sistema de cotas raciais se deu a partir da experiência no estágio obrigatório, realizado em uma escola particular, onde acompanhando as aulas em que se discutia sobre cotas raciais, foi possível observar uma ampla maioria de manifestações contrárias a essa política, em salas de aula que também tinham uma ampla maioria de alunos brancos.

A escola particular ficava muito próxima de uma escola pública, surgindo assim o interesse de investigar qual seria a percepção dos estudantes da escola pública a respeito do tema em questão, se haveria um grande contraste na percepção desses estudantes em comparação com os estudantes de escola particular e se existiria um fator racial a influenciar a opinião dos estudantes.

Acreditamos que apesar de o sistema de cotas raciais já ser uma realidade nas universidades brasileiras há mais de uma década, não é muito divulgado, de modo que há um desconhecimento a respeito da política de cotas por parte dos próprios alunos que podem ser beneficiados.

O objetivo desta monografia consiste em analisar as diferentes percepções dos estudantes de ensino médio de escolas públicas e particulares a respeito do sistema de cotas raciais no ensino superior brasileiro. A pesquisa fundamenta-se na análise do discurso dos estudantes, a partir de entrevistas individuais, realizadas nas duas escolas.

O trabalho está dividido em cinco capítulos: No primeiro capítulo é feita uma breve contextualização do problema e é apresentado um pouco do debate que tem sido realizado nos

últimos anos em torno da implementação do sistema de cotas raciais nas universidades brasileiras, além da discussão das noções de raça e racismo no Brasil.

No segundo capítulo são abordadas algumas definições e um breve histórico a respeito das ações afirmativas. Discute-se ainda as cotas raciais enquanto ação afirmativa, que apesar de ser apenas um dos modelos de ação afirmativa muitas vezes é visto como um sinônimo desta. Ainda é apresentado o contexto de surgimento do sistema de cotas raciais no Brasil.

No terceiro capítulo nos remetemos à discussão a respeito do passado escravista e da integração dos negros no período após a abolição. Também discute-se a respeito da ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial, o racismo e o antirracismo brasileiro, e o modo como influenciaram na forma social e nas relações raciais no Brasil, além de influenciar nas percepções a respeito das ações afirmativas, como o sistema de cotas raciais.

No quarto capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com estudantes de uma escola particular e uma escola pública do Distrito Federal, com o objetivo de analisar as diferentes percepções a respeito do sistema de cotas raciais.

O quinto capítulo é dedicado à apresentação e discussão dos resultados da pesquisa. Em um primeiro momento são apresentadas as percepções dos estudantes de escola pública e escola particular entrevistados, a respeito do sistema de cotas raciais, em duas seções distintas. Na terceira seção, é feita a análise das entrevistas, buscando identificar elementos que surgem no discurso dos alunos a respeito das cotas raciais que nos auxiliem a compreender como essa política é percebida nesse contexto. Isso é feito a partir de uma perspectiva comparativa entre as duas escolas, com ênfase na análise das hipóteses propostas.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões a que chegamos após a realização desta pesquisa. Com isso esperamos estar contribuindo para compreender de que forma políticas como as cotas raciais são percebidas – especialmente pelo público a que são dirigidas - a fim de aprimorar sua utilização. Além de analisar quais seriam os fatores que influenciam nas diferentes percepções.

1. O SISTEMA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

1.1.Contextualização do problema

Desde que se iniciaram os primeiros debates sobre a adoção do sistema de cotas raciais no ensino superior e com a adoção pioneira desse sistema pela UERJ em 2003 – a UnB viria a ser a primeira universidade federal a instituir esse sistema, em 2004 – este tem sido um tema gerador de muitas polêmicas e controvérsias. Das opiniões correntes no senso comum a trabalhos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, passando também pelas opiniões veiculadas na mídia, emergiram diversos argumentos a favor e argumentos contrários às cotas.

Muitas universidades após as pioneiras UERJ e UnB adotaram o sistema de cotas raciais, entretanto, muitas universidades se opuseram a essa política, e ao longo dos anos não faltaram recursos e ações na justiça contrárias às cotas e defendendo se tratar de uma medida inconstitucional.

De acordo com Igor Carvalho (2014) pela Revista Fórum Semanal, no Rio de Janeiro, em 2004, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciou que rejeitaria uma possível política de cotas. O conselho de ensino da instituição, formado por professores, alunos e funcionários rejeitou a ação afirmativa. E o Ministério Público Federal (MPF) do Paraná entrou, em 2004, com um recurso na Justiça pedindo que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) não adotasse o sistema de cotas em seu vestibular. O Judiciário paranaense freou a prática entendendo que a reserva de cotas afronta “o princípio constitucional de isonomia e reforça práticas sociais discriminatórias.”.

Carvalho afirma que:

“Antes da lei ser aprovada (Lei 12.711), 18 das 58 universidades federais do país ainda resistiam em aplicar alguma política de cotas ou bônus”. Desde o vestibular de 2013, por força da legislação, todas as instituições já aderiram, ampliando o número disponível de vagas para cotistas de 140 mil para 188 mil.” (CARVALHO, 2014)

A Lei 12.771/12 determina que 50% das vagas nos vestibulares das universidades federais sejam reservadas para estudantes que cursaram todo o ensino médio na rede pública:

“As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” (PORTAL MEC, 2012).

A nova lei de cotas, sancionada em 29 de agosto de 2012 integra um conjunto de medidas que nos últimos anos aprofundaram as políticas de ações afirmativas, juntamente com o Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288 de 20 de julho de 2010 – e a Lei 12.990 de

09 de junho de 2014, que estabelece a obrigatoriedade da reserva de 20% das vagas em editais de concursos públicos federais da administração direta e autarquias para negros (aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos).

Além dessas leis, devemos destacar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do sistema de cotas. Em 26 de abril de 2012, o STF julgou constitucional, por unanimidade, a política de cotas étnico-raciais da UnB. Os ministros julgaram improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada na Corte pelo Partido Democratas (DEM). (PORTAL STF, 2012)

A ADPF 186 havia sido ajuizada pelo DEM em 2009 e finalmente foi julgada pelo Supremo em 2012, juntamente com outras duas ações: O RE 597285, Recurso Extraordinário interposto pelo estudante Giovane Pasqualito Fialho, que não foi aprovado no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para o curso de Administração, embora tivesse alcançado pontuação superior à de outros candidatos. Os concorrentes que tiveram nota menor foram admitidos pelo sistema de reserva de vagas para alunos egressos das escolas públicas; e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3330, que contestava o sistema de bolsas de estudo para negros, indígenas, pessoas com deficiências e alunos da rede pública implementado pelo PROUNI. (PORTAL STF, 2012)

Apesar das últimas decisões referentes ao sistema de cotas, que caminham em um sentido de consolidação dessa política, que já vem sendo adotada pelas universidades brasileiras há mais de uma década, as discussões, polêmicas e divergências em torno desse tema não se esgotaram, e fazem parte de um debate – muitas vezes acalorado – desenvolvido ao longo dos últimos anos e iniciado bem antes da adoção do sistema de cotas nas universidades.

1.2. O debate sobre cotas raciais na universidade: Raça e racismo no Brasil

Uma série de artigos referentes à implantação do sistema de cotas raciais nas universidades brasileiras foi publicada na revista Horizontes Antropológicos (número 23, julho de 2005) na forma de um debate, a partir de um texto de referência, de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos: “Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)”

Esses artigos foram posteriormente reunidos em uma coletânea, sob a organização de Carlos Alberto Steil, lançada pela editora da UFRGS com o título de: “Cotas raciais na universidade: um debate”. A discussão parte do questionamento da política de cotas adotada

pela UnB a partir de 2004, sendo que a maioria dos autores critica a formação de uma comissão avaliadora para considerar se o candidato poderia concorrer pelo sistema de cotas ou não. No entanto, a questão geral sobre a validade do sistema de cotas, os seus possíveis benefícios e prejuízos também são discutidos.

Maio e Santos, autores que têm se posicionado contrários ao sistema de cotas raciais, afirmam que “de um Estado “neutro” em matéria racial até meados dos anos 1990, observa-se a formulação de propostas de políticas públicas racializadas.” (MAIO; SANTOS, 2005, p. 185). Os autores argumentam que há iniquidades étnico-raciais que precisam ser combatidas, e que se há um consenso quanto à existência e a relevância desse problema, o debate se centra na maneira de enfrentá-lo:

“Na luta anti-racista, em que se considera “raça” como uma construção social e como um instrumento de libertação da opressão racial, sob o aval da ação estatal, corre-se o perigo de se enveredar pela construção de categorias essencializadas, fixas, próprias ao poder normativo das leis, aos desígnios das políticas públicas.” (MAIO; SANTOS, 2005, p. 207).

Os autores recorrem a argumentos de geneticistas, citando o artigo de Sérgio Pena e Maria Cátira Bortolini: “Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?” (PENA; BORTOLINI, 2004, apud MAIO e SANTOS, 2005, p. 203). Maio e Santos afirmam que os autores iniciam seu artigo situando a posição da genética sobre as raças, segundo a qual, do ponto de vista biológico não existem raças humanas.

De acordo com Maio e Santos (2005), o cerne do argumento desses geneticistas se refere ao quadro da composição genética da população brasileira, delineado pelas pesquisas genéticas:

“Os autores argumentam que a proporção de pessoas com ancestralidade genômica africana no Brasil é extremamente elevada, de modo que a maioria dos brasileiros é composta de afro-descendentes do ponto de vista genômico. Entre as várias conclusões, ressaltam que 86% da população brasileira apresenta mais de 10% de ancestralidade africana e que 48% dos afro-descendentes no Brasil se classificam como ‘brancos’” (PENA; BORTOLINI, 2004, apud MAIO; SANTOS, 2005, p. 204).

É com base nessas pesquisas e nos argumentos de Pena e Bortolini que Salzano (2005) afirma que esses 86% poderiam, potencialmente, solicitar o benefício das cotas: “Mas eu sou mais radical. Como está amplamente demonstrado (para horror dos racistas!) que a África foi o berço de toda a humanidade, é óbvio que todos os brasileiros têm potencialmente direito ao benefício.” (SALZANO, 2005, p. 226).

Salzano (2005) também afirma que a questão da “dívida histórica” para com os afro-descendentes e ameríndios não convence, assim como Luiz Fernando Dias Duarte, que afirma:

“Certamente seria rico, por exemplo, discutir a falácia de uma compensação “histórica” (se considerarmos que o argumento central é o da real e continuada exclusão social sofrida pelos escravos africanos e seus descendentes) que acaba, no entanto, centrada num critério fenotípico e não de “descendência” histórica efetiva.” (DUARTE, 2005, p. 257).

Salzano demonstra uma postura mais radical, chegando mesmo a apresentar um argumento muito característico no senso comum em relação às cotas:

“Por que eu, meus filhos ou netos irão pagar por um comportamento que não é deles, característico de épocas em que este era considerado válido? É bom não esquecer que o tráfico de escravos era desenvolvido com a intermediação direta dos próprios africanos, que tinham o monopólio do apresamento das vítimas em toda a África.” (SALZANO, 2005, p. 227).

Maio e Santos (2005) afirmam que “há uma marcante dissociação entre fenótipo e genótipo, ou seja, no Brasil, aparência física é um preditor fraco quanto à descendência, seja europeia ou africana.” (MAIO; SANTOS, 2005, p. 205). Os autores também argumentam que através da autoridade de genética molecular, Pena e Bortolini “secundarizam cientificamente quaisquer tentativas de classificação racial ou de definição de critérios de afrodescendência (biológica) através da morfologia.” (2004, apud MAIO; SANTOS, 2005, p. 205).

Todos esses argumentos visam desqualificar a finalidade da política de cotas raciais com base em uma justificativa de “compensação histórica”, “retificação de injustiças”. No entanto, esta não é a única justificativa apresentada pelos defensores das cotas, na realidade, é uma justificativa que, de acordo com Bayma (2012) é vista de modo crítico mesmo por pesquisadores que defendem as ações afirmativas.

Bayma apresenta os quatro fundamentos mais frequentemente usados para justificar as ações afirmativas, de acordo com Sarmiento (2008): 1) O argumento da justiça compensatória; 2) Justiça distributiva; 3) Promoção do pluralismo e 4) Fortalecimento da identidade e da autoestima do grupo favorecido. (p. 328)

A autora afirma que a crítica que se faz ao argumento da justiça compensatória é que:

“Se afigura deveras complicado responsabilizar, no presente, os brancos descendentes de pessoas que, em um passado remoto, integravam a aristocracia. Ademais, seria praticamente impossível, em um país miscigenado como o Brasil, identificar quem seriam os beneficiários do programa compensatório, já que os negros de hoje não foram vítimas da escravidão.” (BAYMA, 2012, p. 331).

A autora ainda argumenta que em vez de se promover a equidade estaria se promovendo a injustiça ao culpar pessoas inocentes.

Na realidade, não se trata de culpar ou responsabilizar alguém, as ações afirmativas raciais não são uma condenação dos brancos no contexto presente. Os autores que defendem que não se trata apenas de uma compensação histórica -no sentido mesmo de beneficiar afrodescendentes- vão argumentar que o problema não é a mera existência da escravidão no passado, mas o modo como se deu a integração dos negros no período após a abolição e como os princípios racistas, construídos historicamente exercem uma forte influência em nossa sociedade até os dias de hoje.

Problematizando sobre as desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil, no seu livro “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”, Carlos Hasenbalg nos mostra como a existência de princípios racistas na sociedade brasileira, e a sua operação contínua influenciam de maneira decisiva na possibilidade de mobilidade social e nas oportunidades de vida da população negra.

De acordo com Hasenbalg, cada vez mais a herança da escravidão como explicação para a posição social dos não-brancos é algo menos relevante. Segundo o autor, as desigualdades raciais são um reflexo da operação contínua de princípios racistas, e deve-se dar ênfase na explicação da posição de subordinação social dos não-brancos “às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre brancos e não-brancos.” (HASENBALG, 1979, p. 198).

Hasenbalg é contrário à crença de Florestan Fernandes de que quanto mais distante ficasse o período escravista, os negros estariam mais integrados na sociedade brasileira. Na realidade, como nos explica Guimarães (1999), Hasenbalg argumenta que “a integração subordinada dos negros criou uma situação de desvantagens permanentes que o preconceito e a discriminação racial apenas tendiam a reforçar.” (GUIMARÃES, 1999, p. 69).

Outro ponto que é importante tocar é que, de fato, pode-se observar que no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, a discriminação racial não se dá por ter ou não “sangue negro”, mas sim pelos traços fenotípicos, pois há uma associação, ou podemos dizer mesmo uma equivalência entre o chamado “preconceito de cor” e preconceito racial no Brasil.

Como já havia afirmado Oracy Nogueira, no Brasil o preconceito é de “marca”, “atuaria com base na aparência das pessoas, cor da pele, cabelo, feições [...] Nos Estados Unidos a regra seria de descendência, caracterizando o preconceito ‘de origem’ [...]” (OSÓRIO, 2008, p. 78). Osório (2008) explica que, no preconceito de origem, o simples fato de possuir sangue negro, a existência de um ancestral negro é o suficiente para que haja

exclusão incondicional, mesmo que a pessoa não tenha nenhum traço físico que possa ser caracterizado como “negro”: “A diferença entre os dois tipos ideais de preconceito teria gerado a suposição de que no Brasil os negros e mulatos estariam sujeitos a barreiras apenas de classe, pois não havia a exclusão incondicional.” (NOGUEIRA, 1998, apud OSORIO, 2008, p. 78).

De fato, como mostram os estudos dos geneticistas, a grande maioria dos brasileiros tem sangue negro, mas não é com base nessa ancestralidade genética que se justificam os argumentos em defesa das cotas raciais. Procurando entender a lógica do racismo brasileiro, Guimarães afirma que:

“Desde logo se destaca, nessa busca, a noção nativa de ‘cor’ e o caráter assimilacionista e universalista do modo brasileiro de se identificar, a si e aos demais. Se somos assimilacionistas ao nos identificar, temos forçosamente de discriminar o Outro racial pelas diferenças (marcas físicas e culturais) que não conseguimos assimilar. Daí esta noção, tão central ao pensamento brasileiro, de embranquecimento, e a conseqüente rejeição simbólica do ‘negro’ e do ‘africano’.” (GUIMARÃES, 1999, p. 12-13).

De fato, no Brasil, cor e raça sempre estiveram associados – desde o princípio da colonização - de modo que se falamos em preconceito de cor ou preconceito de raça não estamos falando de coisas distintas. Aníbal Quijano nos explica que: “Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial.” (QUIJANO, 2005, p. 2).

No entanto, como uma das negações do racismo no Brasil, muitos falaram em “preconceito de cor”, mas negaram a existência de um preconceito racial: “Os sociólogos aceitaram amplamente a idéia segundo a qual, no Brasil e na América Latina, em geral, não havia preconceito racial, mas apenas, ‘preconceito de cor’.” (GUIMARÃES, 1999, p. 45).

Guimarães cita como exemplo, Franklin Frazier, que em um artigo de 1942 diferencia preconceito de cor e preconceito de raça dessa forma:

“Por preconceito de cor, em contraste com o preconceito racial, entende-se que as atitudes em relação a pessoas de ascendência negra são influenciadas pela cor e não pela origem racial ou biológica. O sangue negro não é visto como um estigma nem identifica alguém racialmente.” (FRAZIER 1942:292, apud GUIMARÃES, 1999, p. 45).

O “sangue” negro não é visto como estigma, mas qualquer traço fenotípico negro sim, logo, aí está o preconceito racial que é negado. Preconceito esse, ou melhor, discriminação racial presente até os dias de hoje. E nesse caso o racismo brasileiro está intimamente relacionado com a “cor”:

“Parte significativa do comportamento racista está baseado na crença de que a partir de alguns traços morfológicos – cor da pele, tipo de nariz, cabelo, pode-

se atribuir algumas características morais e intelectivos a grupos humanos diferenciados a partir dessas características. Estes traços morfológicos seriam responsáveis por uma essência racial hereditária suficiente para explicar o comportamento psíquico e moral dos indivíduos.” (BERNARDINO-COSTA, 2004, p. 18).

Hasenbalg (1979) nos mostra, através da evidência empírica a realidade das desigualdades raciais no Brasil. O autor apresenta dados que mostram uma tendência consistente de os negros atingirem menos anos de educação que os brancos da mesma origem social. Esta é uma das explicações para a menor realização ocupacional dos não-brancos, a outra, é o fato de que “há os efeitos da discriminação racial na admissão e promoção de pessoas dentro da estrutura ocupacional.” (HASENBALG, 1979, p. 211).

Para Hasenbalg (1979), essa explicação mostra que as pessoas negras estão submetidas a um “ciclo de desvantagens cumulativas” no seu processo de mobilidade social. De um lado o menor grau de instrução, mesmo em relação a brancos de mesma origem social, e de outro, a discriminação racial:

“Em termos de oportunidades de mobilidade social ascendente, o grupo não-branco experimenta uma dupla desvantagem. A primeira deve-se à sua baixa origem social e a segunda advém da desvantagem competitiva, sofrida do nascimento até a morte, que resulta da adscrição racial.” (HASENBALG, 1979, p. 200).”

Nesse sentido que Guimarães (1999) afirma que a noção nativa de “cor” é falsa, e que na verdade, “a ‘cor’, no Brasil, funciona como uma imagem figurada de ‘raça’. Traços fenotípicos como cor da pele, cabelo, formato do nariz, etc, por si só não querem dizer nada, “tais traços só têm significado no interior de uma ideologia preexistente [...], e apenas por causa disso funcionam como critérios e marcas classificatórios.” (GUIMARÃES, 1999, p. 47). Pois, “alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias racistas.” (GUIMARÃES, 1999, p. 47).

Esta noção nativa de cor está intimamente ligada à ideologia do “enbranquecimento”. Guimarães (1999) afirma que a idéia de “enbranquecimento” é aquela que especifica o pensamento racial brasileiro. A idéia de que quanto maior fosse a população branca a sociedade seria mais civilizada, e a crença de que com o passar do tempo, a população branca tendia de fato a aumentar, pois o gene branco seria mais resistente.

Nesse tipo de pensamento, está contida a noção de que “quanto mais próximo dos traços brancos melhor”, como uma escala, de modo que o indivíduo mestiço, quanto mais se aproxime das características fenotípicas dos brancos, sofrerá menos intensamente a

discriminação racial, e terá mais oportunidades abertas: “Aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, posto que ‘branco’ é um símbolo de ‘europeidade’) alguns dos privilégios reservados aos brancos.” (GUIMARÃES, 1999, p. 51).

É nesse sentido que Hasenbalg afirma que:

“Uma vez que os pólos branco-negro não definem uma dicotomia, mas apenas fixam os extremos de um contínuo de diferenças mínimas de cor, a abertura da estrutura social para a mobilidade social ascendente é inversamente relacionada à negritude da pigmentação da pele.” (HASENBALG, 1979, p. 197).

Luiz Augusto Campos e João Feres Júnior afirmam que:

“Se não houvesse discriminação racial, as chances de mobilidade social seriam na média iguais para brancos e não brancos, a despeito das políticas públicas serem redistributivas ou mesmo regressivas. Não é isso, contudo, o que ocorreu no Brasil, como já demonstraram inúmeras vezes Hasenbalg e Valle Silva.”. (CAMPOS; FERES JÚNIOR, 2014, p. 116).

A autora Yvonne Maggie, que se coloca contrária ao sistema de cotas, argumenta que esse tipo de política refaz um sistema de classificação racial e inicia uma marcação muito rígida de indivíduos e que “A comissão da UnB está agora instituindo no Brasil o processo de reclassificação racial próprio das situações que entronizam a ‘raça’ com a pretensão de combater o racismo” (MAGGIE, 2005, p. 288).

Maggie (2005) argumenta que a política de cotas é uma política racializadora, pois é contrária ao que a genética já havia afirmado sobre a não existência de raças humanas e que isto seria, citando Maio e Santos, o que os brasileiros acreditavam. Porém, com essas políticas, os indivíduos não poderiam mais dizer apenas que pertencem à raça humana: “Não há ‘raças’ humanas, mas raça humana. Sendo assim, um “tribunal” do tipo inaugurado na UnB só faz colocar a nu o que está por trás das cotas raciais, ou seja, o ideário racial que instaurou no mundo a separação e a marca que cria sociedades divididas.” (MAGGIE, 2005, p. 290).

Antônio Sérgio Guimarães é um dos autores que defendem o uso do conceito de “raça” nas Ciências Sociais. No seu livro “Racismo e Antirracismo no Brasil” essa questão é bem discutida pelo autor. Guimarães explica que de fato não existem raças, trata-se de uma construção social, porém, apesar de não corresponder a uma realidade natural, os efeitos na sociedade causados pela crença nessa noção são reais.

Desse modo, o autor argumenta, defendendo a utilização desse conceito:

“A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e

nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.” (GUIMARÃES, 1999, p. 11).

O autor defende que só é possível lutar contra o racismo, reconhecendo a sua realidade social. Desse modo não dá para se evitar o conceito de raça, se de fato as pessoas estão sofrendo a discriminação, exclusão, como consequência de uma crença socialmente estabelecida e internalizada por muitos na existência de raças:

“Se não for à ‘raça’, a que atribuir as discriminações que somente se tornam inteligíveis pela idéia de ‘raça’? Atribuindo-as a uma realidade subjacente que não é articulada verbalmente, ou a formas mais gerais e abstratas de justificar estruturas de dominação?” (GUIMARÃES, 1999, p. 27).

Guimarães defende o uso de uma definição “nominalista” de raça, ou seja, uma definição que pode ser utilizada para explicar fatos reais, mas que existe apenas no campo conceitual: “[...] acredito que seja possível construir um conceito de ‘raça’ propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica.” (GUIMARÃES, 1999, p. 22).

Podemos compreender que a implementação de ações afirmativas como as cotas raciais não se trata de uma racialização da sociedade brasileira, como argumenta Peter Fry sobre “os possíveis efeitos racializadores sobre o conjunto da sociedade a longo prazo” (FRY, 2006, p. 124), e que também não cria sociedades divididas como defende Maggie. Pois na realidade trata-se de uma espécie de “discriminação positiva”, que visa combater justamente as distorções produzidas por uma sociedade que já é dividida e racializada.

Valverde (2008) considera que o sistema de cotas é uma medida afirmativa que pode contribuir para a ruptura de um ciclo de desigualdades (p. 17). A autora acredita que: “As políticas de cotas adotadas em diversas universidades brasileiras oferecem novas perspectivas para milhares de jovens negros/as, que em situação de desvantagem, em função do histórico de discriminação racial do país, encontravam-se à margem da competição” (VALVERDE, 2008, p. 17).”.

2. AÇÕES AFIRMATIVAS E O SISTEMA DE COTAS

2.1 Ações afirmativas: Definição e breve histórico

As ações afirmativas são medidas públicas ou particulares que visam beneficiar ou valorizar uma parte específica da população - podendo ser direcionadas a grupos sociais variados – considerada desprestigiada ou menos favorecida. Existem muitas definições sobre o que seriam ações afirmativas, mas no geral, pode-se dizer que são medidas de caráter compensatório, que buscam reparar desigualdades entre diferentes grupos na sociedade, beneficiando grupos historicamente discriminados.

Para Jaccoud e Beghin (2002), “as políticas de ação afirmativa ancoram-se em uma crítica ao princípio de igualdade formal perante a lei e organizam-se em torno de uma demanda completa de igualdade – a igualdade de oportunidade e de tratamento.” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 46). As autoras defendem que esse tipo de política permite tratar de modo desigual aqueles que são desiguais, com o objetivo de promover a igualdade. (p. 46)

Uma definição que ficou conhecida sobre ações afirmativas, é a definição apresentada pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI), criado no ano de 1995, com o objetivo de ampliar as discussões sobre a questão racial no Brasil, “o qual abriu um espaço para uma participação ampliada da sociedade civil no desenvolvimento de políticas de reconhecimento da contribuição histórica e cultural da população negra para o país” (IPEA – Participação em Foco, [201-?])

O GTI definiu as ações afirmativas como:

“medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 46.)

Alencar (2010) considera como ações afirmativas a adoção de dispositivos legais com o objetivo de “aumentar a representação de um grupo em setores específicos da sociedade, por razões as mais diversas.” (ALENCAR, 2010, p. 4-5). De acordo com o autor, a expressão “ações afirmativas” aparece oficialmente pela primeira vez nos Estados Unidos, em uma lei trabalhista de 1935 (p. 3), neste primeiro momento, baseado no modelo clássico de justiça liberal, considerando ações judiciais individuais - como por exemplo, no caso de discriminação racial - “que atestassem a intenção do empregador em negar a contratação, obstar a ascensão funcional, ou demitir um funcionário por causa de sua pertença racial.” (ALENCAR, 2010, p. 3).

A lei fala em adotar “ações afirmativas para colocar as vítimas nas posições onde elas estariam se não tivessem sido discriminadas.” (The 1935 National Labor Relations Act apud

GUIMARÃES, 2005a: 170, apud ALENCAR, 2010, p. 3). Alencar afirma que só a partir da década de 1960 surge uma nova concepção de ação afirmativa:

“Guimarães argumenta que a primeira noção pressupõe uma vítima discriminada, ou seja, a ação é fundamentalmente reparatória, em face de um dano mensurável; na sua acepção mais moderna, a ação afirmativa é encampada pelo próprio Executivo e tem, como um de seus objetivos, de ‘evitar que os indivíduos de certo grupos de risco tenham seus direitos alienados’.” (GUIMARÃES, 2005a: 170, apud ALENCAR, 2010, p. 3).

Apesar de o termo “ações afirmativas” aparecer pela primeira vez nos Estados Unidos, Alencar (2010) explica que, medidas de caráter afirmativo, como cotas, não têm sua gênese neste país. “Medidas similares a essa, mas que não ganharam a alcunha de ‘ação afirmativa’, surgiram em outras partes do mundo antes ou concomitantemente à experiência norte-americana.” (ALENCAR, 2010, p. 4).

As primeiras experiências teriam tido origem na Índia, com a proposição de políticas públicas em favor dos grupos mais desprivilegiados, como as “castas inferiores” e tribos estigmatizadas:

“No começo do século XX, o indiano Bhimrao Rhamji Ambedkar, membro da casta ‘intocável’ Mahar, já defendia ‘políticas públicas diferenciadas e constitucionalmente protegidas em favor da igualdade de todos os segmentos sociais’, tendo proposto em 1919, a ‘representação eleitoral diferenciada’ das castas inferiores da Índia’.” (WEDDERBURN, 2005: 314-315, apud ALENCAR, 2010, p. 4).

De acordo com Danielle Valverde (2008), desde então, as políticas afirmativas se expandiram pelo mundo inteiro, e têm sido adotadas em diversos países para “a inclusão social de grupos subalternizados e para combater os privilégios de determinados grupos, herdados do período colonial.” (VALVERDE, 2008, p. 40).

Em sua definição, a autora afirma que: “As ações afirmativas podem ser consideradas um tipo de discriminação positiva, em função do seu caráter discriminatório que favorece alguns grupos haja vista a discriminação histórica sofrida.” (VALVERDE, 2008, p. 41). Estas medidas teriam o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades, e, em relação a ações afirmativas de caráter racial, “induzir a sociedade a transformações culturais que permitam que o racismo seja desconstruído das mentes dos indivíduos, de modo que às novas gerações possa ser apresentada uma nova sociedade.” (VALVERDE, 2008, p. 41)

2.2 Cotas raciais: um modelo de ação afirmativa

Dentre as diversas políticas afirmativas possíveis, as cotas raciais aparecem como a ação afirmativa racial mais destacada, e mesmo como a ação afirmativa que ficou mais conhecida, de modo que muitas vezes cotas raciais e ação afirmativa são tratadas como sinônimos. No entanto, Valverde (2008) afirma que:

“De acordo com Theodoro e Jaccoud (2005) as políticas afirmativas também têm o objetivo de inserir determinados grupos em espaços nos quais estes estejam sub-representados. De acordo com os autores podem ser consideradas ações afirmativas: as cotas em concursos públicos; os cronogramas e metas para a ampliação da representação destes grupos em instituições e empresas; os programas específicos de qualificação, tais como as bolsas de estudos para negros/as. Além destas poderíamos acrescentar cursos de línguas estrangeiras, de português e de outros que sejam destinados a negros/as nas universidades, a implementação da Lei nº 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas brasileiras.” (VALVERDE, 2008, p. 42)

A autora argumenta que as cotas são um dos modelos possíveis de ação afirmativa, e que portanto:

“Faz-se necessário destacar que as ações afirmativas abrangem entre outras, a política de cotas. Estas consistem na reserva de um percentual de vagas, sejam em cargos de emprego em empresas particulares, concursos públicos, vestibulares, partidos políticos visando beneficiar a grupos específicos da sociedade historicamente discriminados.” (VALVERDE, 2008, p. 42).

O principal objetivo de um sistema de cotas é de fato buscar a inclusão de um determinado grupo sub-representado em um determinado espaço social. É exatamente disso que se trata o sistema de cotas raciais nas universidades: uma política afirmativa adotada a partir da percepção de uma grande desproporcionalidade na representação de brancos e negros cursando o ensino superior.

Valverde (2008), em sua dissertação de mestrado apresenta dados, - já em um contexto em que muitas universidades haviam adotado uma política de cotas – que mostram que no ensino superior “[...] enquanto mais da metade dos/das jovens brancos/as (56%) entre 18 e 24 anos estão matriculados nesse nível de ensino, apenas 22% dos/das jovens negros/as nessa mesma faixa etária estão na universidade ou faculdade..” (VALVERDE, 2008, p. 34).

A autora defende a necessidade de medidas afirmativas serem adotadas em todas as universidades. O que só viria a se tornar uma realidade a partir de 2012, com a implementação da Lei 12.771/12, estabelecendo a obrigatoriedade da reserva de vagas em universidades públicas, de acordo com critérios sociais – 50 % das vagas para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, além de divisão de acordo com a renda familiar – e raciais, com a reserva de um percentual para pretos, pardos e indígenas (PPI).

2.3 Sistema de cotas raciais no Brasil: o contexto de surgimento

Antes da Lei 12.771/12, a lei de cotas para o ensino superior, não havia uma lei federal que determinasse a adoção do sistema de cotas e estabelecesse um modelo a ser utilizado em todo o país. Com base na autonomia universitária, muitas universidades vinham adotando diferentes programas ao longo de quase uma década, no entanto não havia a obrigatoriedade, com exceção de algumas leis estaduais - como no caso da UERJ, primeira universidade pública a utilizar o sistema de cotas em seu vestibular, seguida pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro “aprovou no dia 09 de Novembro de 2001, a Lei Nº 3708 que institui cotas de até 40% à população negra e parda para acessar a UERJ e a UENF.” (VALVERDE, 2008, p. 48). No entanto, foram poucos os casos de sistemas de cotas instituídos com base em leis estaduais, como nos mostram Feres Júnior, Daflon e Campos (2012):

“A maioria dos programas (77%) foram instituídos por decisões internas às universidades, geralmente por seus conselhos universitários, enquanto as demais decisões (23%) foram resultado de leis estaduais. Isso mostra que o empurrão em direção às políticas de admissão mais inclusivas não pode ser creditado apenas à iniciativa governamental (GEMAA, 2011, apud FERES JÚNIOR; DAFLON; CAMPOS, 2012, p. 400).

O sistema de cotas surge em um momento de expansão do debate sobre a questão racial no Brasil. Segundo Jaccoud e Beghin (2002), a partir de 2000, com a preparação e participação do Brasil na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela ONU em Durban, na África do Sul no ano de 2001 “uma série de eventos sucederam-se, recolocando a temática racial na agenda nacional.” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 21).

As autoras destacam a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) durante o processo preparatório para a Conferência de Durban, “particularmente no que diz respeito à produção de diagnósticos inéditos sobre a magnitude das desigualdades raciais no Brasil: o governo reconhece, a partir de números oficiais, as imensas distâncias que existem entre negros e brancos” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 22).

Em 2002, “o decreto nº 4.228 de 13 de maio de 2002, estabelece o Programa Nacional de Ações Afirmativas do Governo Federal, do qual o IPEA é secretaria executiva.” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 10).

Em 2000 é apresentado o Projeto de Lei nº 3.198, de autoria de Paulo Paim, que: “Institui o Estatuto da Igualdade Racial, em função dos que sofrem preconceito e discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências” (JACCOUD;

BEGHIN, 2002, p. 23). Um projeto que, no entanto, só viria a se tornar lei em 2010, após 10 anos de tramitação.

Inspirado na ampliação do debate público sobre a questão racial promovida pela participação brasileira na Conferência de Durban, “surgem, já em 2001, as primeiras discussões a respeito da implementação do PCRI no Brasil (PNUD, 2005, apud JACCOUD, 2008, p. 141).

Jaccoud (2008) explica que O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tinha como foco principal a saúde da população negra e teve dois objetivos principais: “fortalecer a capacidade do setor público na identificação e prevenção do racismo institucional e fomentar a participação das organizações da sociedade civil organizada no diálogo sobre políticas públicas.” (JACCOUD, 2008, p. 142)

Alencar (2010) fala da importância de o Brasil ser signatário de tratados ou convenções internacionais como a que resultou da Conferência de Durban, pois possibilitou “uma nova forma de atuação dos movimentos sociais negros, que passaram a recorrer ao Direito Internacional, no intuito de pressionar o Brasil a tomar providências – especialmente a adoção de ações afirmativas – para combater o racismo existente no país.” (ALENCAR, 2010, p. 10).

O autor também argumenta que se haviam militantes de movimentos sociais negros que tinha dúvidas em relação às cotas, passaram a defendê-las, depois da Conferência de Durban:

“No texto da Declaração de Durban e seu Plano de Ação, ficou estabelecido que os afrodescendentes e outras minorias vítimas da discriminação pretérita e presente deveriam ser beneficiados, por meio da ação estatal , com ‘iniciativas de ações afirmativas ou de ações positivas. (ALENCAR, 2010, p. 10).

Em 2002 é lançado o II Plano Nacional de Direitos Humanos (II PNDH) – o I PNDH havia sido lançado em 1996 – com metas que:

“Ampliam as fixadas em 1996 no tocante à valorização da população negra, consagrando o termo ‘afrodescendente’, oriundo da Declaração e Plano de Ação de Durban. Ademais, o II PNDH inova ao propor uma série de medidas que visam equilibrar e melhorar os indicadores econômicos e sociais dos grupos raciais menos favorecidos. As ações propostas dizem respeito sobretudo às áreas de justiça, educação, trabalho e cultura.” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 23)

Algumas medidas já vinham sendo tomadas desde meados da década de 1990, como resultado da divulgação cada vez maior do problema das desigualdades raciais e da pressão social por uma ação mais efetiva do governo em relação a este problema. Segundo Feres Júnior, Daflon e Campos (2012) as desigualdades raciais foram amplamente documentadas a

partir dos estudos de mobilidade social de Carlo Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, e ganharam cada vez mais visibilidade com a divulgação dos estudos e análises do IPEA sobre essa temática. Além disso, os autores destacam a atuação e as reivindicações do movimento negro desde a década de 1980.

O ano de 1995 é marcado como o ano em que há o reconhecimento oficial, por parte do Estado brasileiro da existência de um problema racial no país. “O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) já havia afirmado publicamente a existência de desigualdades raciais [...] (ALENCAR, 2010, p. 77) Neste ano, já mencionado, é criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI), que “é um primeiro passo para a criação de novos espaços no governo voltados para a promoção de políticas de igualdade racial.” (ALENCAR, 2010, p. 77)

Alencar argumenta no sentido de que apesar de não ter havido um aprofundamento de medidas de combate às desigualdades raciais, como políticas de ações afirmativas no governo FHC, a partir de seu primeiro governo:

“São visíveis as mudanças no discurso oficial brasileiro sobre a questão racial. Por mais que se aponte um caráter apenas protocolar nas medidas adotadas em seu governo, é indiscutível o peso, no plano simbólico, de um presidente da república admitindo a existência de racismo no Brasil.” (ALENCAR, 2010, p. 107)

Em 1995 ocorre também a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, no dia 20 de novembro, em celebração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. A criação do GTI se dá como uma resposta às reivindicações feitas pelas lideranças negras que organizaram o movimento: “Os organizadores da Marcha entregaram ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um documento sobre a situação do negro no país e um programa de ações para a superação do racismo e das desigualdades raciais no país.” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 19)

Valverde (2008) afirma que “foi a constatação da extrema exclusão dos jovens negros e indígenas das universidades públicas que impulsionou a atual luta nacional pelas cotas, cujo marco foi a Marcha Zumbi Palmares pela vida [...] (VALVERDE, 2008, p. 253).

3. O PASSADO ESCRAVISTA, A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

3.1 A Influência da ideologia do branqueamento no período pós abolição e a questão do passado escravista como justificativa para as cotas raciais

Um dos principais argumentos utilizados contras as cotas raciais, ou contra qualquer outro tipo de ação afirmativa voltada para a população negra – se não for o principal – é o argumento de que não existe racismo no Brasil, o que existe é preconceito de classe.

Essa negação do racismo é algo que ocorre desde quando as teorias explicitamente racistas – promovidas pelo “racismo científico” - foram substituídas pela ideologia da democracia racial, por volta dos anos 1930, quando se inicia o processo de modernização brasileiro. Até 1930 o que se observa é uma política de Estado de cunho racial, apoiada na ideologia do branqueamento: “A adoção, pela elite brasileira, de uma ‘ideologia racial’ teve início nos anos 1870, tendo se tornado amplamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920” (JACCOUD, 2008, p. 51).

A idéia de branqueamento da população era considerada como fundamental para o processo civilizatório e para a modernização brasileira, de modo que houve um elemento racista na promoção e financiamento da imigração europeia por parte do Estado, e na consequente exclusão dos negros no mercado de trabalho:

“Observa-se, assim, que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi feita via intervenção direta e decisiva do Estado e sob inspiração da ideologia racista que então se consolidava. Usando dados de 1890, Hasenbalg mostra como os imigrantes recém- chegados passaram por um rápido processo de mobilidade econômica ascendente, concentrando-se nos setores mais dinâmicos da economia.” (THEODORO, 2008, p. 41-42).

Theodoro (2008) afirma que não havia no discurso republicano nenhuma proposta ou projeto de integração voltada para os ex-escravos ou aos seus descendentes: Para o negro brasileiro “o liberalismo republicano nada tinha a oferecer” (BOSI, 1992, p.244, APUD THEODORO, 2008, p. 42). O autor argumenta que, após a abolição a inclusão dos ex-escravos e seus descendentes não estava presente no debate político nacional, e que, ao contrário, “a presença da população negra no país era percebida como um obstáculo que deveria ser superado e a sua gradual extinção seria então realizada pela via do enbranquecimento.” (THEODORO, 2008, p. 43).

Com a inserção dos imigrantes europeus nas regiões mais dinâmicas economicamente, o que restava para a população negra livre eram posições subalternas. Para Theodoro, “a concentração da população não-branca em regiões pouco dinâmicas também contribuiu para o quadro atual das desigualdades raciais.” (THEODORO, 2008, p. 39).

Dessa forma, os ex- escravos tinham opções limitadas de inclusão socioeconômica, e se juntaram ao contingente de trabalhadores nacionais livres, em atividades agrícolas de

subsistência ou realizando pequenos serviços nas cidades. Theodoro (2008) afirma que é esse processo que vai dar origem ao que mais tarde viria a ser chamado de “setor informal”. A marginalização do trabalho negro e seus desdobramentos são apontados por Theodoro (2008) como “uma das consequências mais significativas da forma como se deu a abolição no Brasil” (p. 20). O autor sustenta que:

“[...] a consolidação da visão, de cunho racista, de que o progresso do país só se daria com o ‘branqueamento’, suscitou a adoção de medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais.” (THEODORO, 2008, p. 19).

Conforme argumenta Theodoro (2008), a própria dificuldade de inserção socioeconômica por parte dos recém-libertos e sua marginalização vão servir como elementos reforçadores do preconceito racial já existente. A condição de subalternidade dos negros vai ser encarada como um reflexo da sua própria incapacidade. De acordo com Theodoro, os preconceitos vigentes faziam com que se acreditasse que o trabalhador negro era inferior ao trabalhador branco, que “era apontado como o trabalhador por excelência: ‘disciplinado, responsável, enérgico, inteligente, enfim, racional.’” (AZEVEDO, 1987, p. 154, apud THEODORO, 2008, p. 40).

É inegável a influência da ideologia do branqueamento no período após a abolição, inclusive havendo uma política de Estado de cunho racista, baseada nesse pensamento. O que interferiu de modo decisivo nas condições e oportunidades de vida dos negros no Brasil:

“O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matiz para a interpretação do desenvolvimento nacional.” (JACCOUD, 2008, p. 49).

De acordo com Jaccoud (2008), as teorias racistas estavam largamente difundidas na sociedade brasileira e o projeto de branqueamento vigorou até os anos 30 do século XX, sendo substituídas pela ideologia da democracia racial. Rafael Guerreiro Osório (2008), também segue o raciocínio de que após a abolição há uma difusão mais intensa do pensamento racista e do preconceito e discriminação racial. Analisando as diferentes ondas teóricas existentes sobre questões raciais no Brasil e seus respectivos representantes, Osório cita Luiz de Aguiar Costa Pinto:

“Para Pinto, no Brasil Colônia e Império, as distâncias sociais eram tão bem demarcadas que não haveria necessidade de preconceito racial, ele seria afunçional–sem cabimento. Após a abolição é que o preconceito e a discriminação seriam necessários, encontrando sua funcionalidade na recondução, ou manutenção, dos negros ao seu lugar, isto é, o lugar que a ideologia dominante considerava naturalmente apropriado para eles.” (OSÓRIO, 2008, p. 80).

De acordo com Bernardino- Costa (2004), a ideologia do branqueamento teve uma influência de tal modo na sociedade brasileira, que “o cidadão comum brasileiro passou a se conduzir com base nestas idéias de raça” (p. 18). Reflexo de todo o processo colonial eurocentrado, avaliava-se positivamente a população branca e negativamente aqueles que não eram brancos:

“O ideal de branqueamento não ficou restrito ao campo da política de imigração, especialmente do Estado de São Paulo, mas ganhou vida própria entre os brasileiros, passando a significar a desvalorização de uma estética, cultura e história negra em favor de uma estética, cultura e história branca.” (BERNARDINO-COSTA, 2004, p. 17).

Osório discute a chamada “condição inicial”. O autor argumenta que com a abolição, não havia mais uma barreira formal para a competição entre negros e brancos pelas posições sociais, porém, “quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante.” (OSÓRIO, 2008, p. 70).

Segundo Osório (2008) esta condição inicial faz com que os negros precisem percorrer a cada geração uma distância maior do que os brancos, para que possam superar a desvantagem imposta por ela. Essa condição é dada “pelo inescapável fato histórico de o que hoje é o Brasil ter sido outrora um território invadido e colonizado pelos portugueses, os quais, por meio da força, escravizaram primeiro os habitantes nativos e, depois, enormes contingentes de africanos.” (p. 70). O autor ainda argumenta que:

“Independentemente das questões sobre a especificidade das relações entre senhores e escravos no Brasil Colônia, e do ‘branqueamento’ demográfico causado pela volumosa imigração europeia na virada do século XX, esse passado legou ao Brasil um composição racial específica da população que estava- e ainda está – associada à estratificação socioeconômica.” (OSÓRIO, 2008, p. 70).

Com este raciocínio pode parecer que estamos nos remetendo ao argumento do passado colonial e da herança do escravismo como causas das desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil, o que nos levaria a defender o sistema de cotas raciais ou qualquer outra ação afirmativa como uma compensação, devido a uma dívida histórica. No entanto, o que defendemos é que não é simplesmente devido ao fato de os negros terem sido escravos e a essa condição inicial desfavorável que permanecem estas desigualdades, mas sim devido ao estigma que permaneceu em relação aos negros.

As desigualdades entre brancos e negros permanecem não por que no passado negros foram escravos, e portanto, esse não é o principal motivo para se reivindicar ações afirmativas como o sistema de cotas raciais, mas devido à permanência de princípios racistas na

sociedade, que promovem a discriminação racial e mecanismos de exclusão que fazem com que os negros permaneçam em uma posição de subalternidade.

Comentando a respeito das pesquisas realizadas sobre as desigualdades raciais no Brasil, Bernardino- Costa (2004) argumenta que:

“Estas pesquisas sustentam que o racismo é um fato social atual e não uma reminescência do nosso passado escravista; portanto, a crença de que a mobilidade social diferenciada de brancos e negros se deve ao fato de que estes dois estoques da população entraram desigualmente preparados na nossa fase de industrialização, não explica suficientemente a realidade.” (BERNARDINO-COSTA, 2004, p. 24)

A escravidão foi abolida, mas o racismo permaneceu, e a consequência é a naturalização de um “lugar” do negro e do branco, que coloca aqueles que não são brancos em uma posição social subordinada. De acordo com Quijano (2005) a partir da colonização do continente americano, raça e identidade racial passaram a ser usadas como instrumentos de classificação social básica da população. Com isso se estabelecem lugares e papéis sociais de acordo com a raça.

A naturalização da associação entre raça e papel/posição na divisão do trabalho é algo que vai além do período colonial: “Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso, raça/trabalho, articula-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que até o momento, tem sido excepcionalmente bem sucedido.” (QUIJANO, 2005, p. 3).

De acordo com Jaccoud e Beghin (2002), em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) referente às desigualdades raciais no Brasil: “A permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros [...]”.

3.2 O mito da democracia racial e a tese do preconceito de classe

3.2.1 Democracia racial, antirracismo e o racismo brasileiro

Como já foi comentado, o projeto de branqueamento e as teorias racistas estavam amplamente difundidas na sociedade brasileira até por volta dos anos de 1930. Dos anos 1930 em diante, as teorias explicitamente racistas foram substituídas pela chamada “ideologia da democracia racial”, que passou a ser vista por muitos como um mito fundador da nacionalidade brasileira.

De acordo com Jaccoud (2008), nesse novo contexto, “a valorização da miscigenação e do mulato continuaram propiciando a disseminação de um ideal de branqueamento como

projeto pessoal e social” (JACCOUD, 2008, p. 49). De acordo com a autora, a crítica desse ideário de democracia racial só foi ganhar destaque nas últimas décadas do século XX, com a atuação decisiva do movimento negro e as pesquisas sobre as desigualdades raciais no Brasil:

“Quando a denúncia da discriminação como prática social sistemática, denunciada pelo movimento negro, somou-se às análises sobre as desigualdades raciais entendidas não como simples produto de históricos acúmulos no campo da pobreza e da educação, mas como reflexos dos mecanismos discriminatórios.” (JACCOUD, 2008, p. 49).

Hasenbalg também se opõe a essa idéia de “democracia racial”, que é a crença de que no Brasil não existe um problema racial, havendo assim um convívio harmônico entre as diferentes raças. Hasenbalg (1979) afirma que se deve enfatizar a falta de um sistema legalizado de segregação racial no Brasil, pois a ausência de uma segregação legalizada, juntamente com a ideologia da “democracia racial” revela o caráter do racismo brasileiro, um racismo sutil, disfarçado, mas que, nem por isso deixa de ser ineficaz em seus efeitos.

O mito da “democracia racial” está sem dúvidas no centro do racismo brasileiro. Falar sobre racismo no Brasil é de certa forma um tabu, é característica do racismo brasileiro a negação do racismo. Todos negam ter qualquer tipo de preconceito racial, atos racistas são condenados pela sociedade, mas o racismo existe, esta aí, impossível de ser negado.

Existe dessa forma disfarçada, quando fala-se por exemplo em “boa aparência” nos anúncios de empregos, sabemos que essa tal “boa aparência” é algo racializado. Lélia Gonzáles fala sobre isso, no seu texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Ao falar sobre a discriminação sofrida pelas mulheres negras: “não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem vestidas’ (afinal, ‘boa aparência’, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria ‘branca, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas’).” (GONZALES, 1983, p. 230).

Guimarães (1999) afirma que os brasileiros se imaginam em uma democracia racial, e que isso é de certa forma um “orgulho nacional”, em comparação com outros países, como por exemplo os Estados Unidos. Guimarães nos mostra como desde os estudos pioneiros de Gilberto Freyre, na década de 1930, até por volta dos anos 70, “a pesquisa especializada de antropólogos e sociólogos, de um modo geral, reafirmou (e tranquilizou), tanto aos brasileiros quanto ao resto do mundo, o caráter relativamente harmônico de nosso padrão de relações raciais.” (GUIMARÃES, 1999, p. 39). O autor afirma que a idéia de “democracia racial pode ser considerada como “um mito fundador de uma nova nacionalidade” (p. 54)

O racismo brasileiro no início do século XX era explícito. Era uma adaptação do chamado “racismo científico”, que pretendia mostrar a superioridade da “raça” branca,

conforme explica Guimarães. Os trabalhos de Gilberto Freyre, e outros autores como Donald Pierson, Franklin Frazier, encerraram esse tipo de racismo explícito, mas, passamos a um outro tipo de racismo, um racismo sutil, implícito: “Seria, entretanto, um erro pensar que o pensamento antropológico de meados do século – seguindo os passos de Gilberto Freyre – mudou radicalmente os pressupostos racistas da idéia de enbranquecimento.” (GUIMARÃES, 1999, p. 55).

O mito da “democracia racial” brasileira está associado a um ideário antirracista. O antirracismo, que a princípio é um discurso que nega a existência de raças, podendo assim ser um discurso antirracista. Mas não necessariamente é isso que acontece, de modo que Guimarães se apoia na crença de que:

“A superação das classificações raciais passa necessariamente por dois passos: a) pelo reconhecimento da inexistência de raças biológicas; b) pela denúncia da constante transformação da idéia de raça sob diferentes formas e tropos. Ou seja, o não-racialismo não é garantia para o anti-racismo, podendo mesmo cultivá-lo se, para tanto, utilizar um bom tropo para ‘raça’.” (GUIMARÃES, 2002, p. 53).

Portanto, o antirracismo desenvolveu-se no Brasil aliado à idéia de “democracia racial”, assim, ao invés de negar as raças, passou a negar a existência do racismo e da discriminação racial no Brasil:

“Ora, a redução do antirracismo ao antirracismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes.” (GUIMARÃES, 1999, p. 66).

É característico deste discurso antirracista a negação de um problema racial no Brasil, e a afirmação de que o que existe são diferenças de classe. “De certo modo, tornou-se lugar comum, entre os brasileiros, a afirmação de que as raças não existem, e de que o que importa, no Brasil, em termos de oportunidades de vida, é a classe social de alguém.” (GUIMARÃES, 1999, p. 64-65).

O que não é verdade, como podemos ver em Hasenbalg (1979), que nos apresenta dados que mostram que, mesmo quando analisados indivíduos com a mesma origem social, os negros têm desvantagens. O estudo nos mostra a tendência de os negros atingirem menos anos de educação que os brancos, e a discriminação racial, presente no processo de admissão ou promoção profissional. Além disso, outro efeito da discriminação racial é revelado, quando Hasenbalg afirma que “[...] persiste o fato de que a grande maioria de não-brancos na força de trabalho recebe uma renda substancialmente menor que os brancos com as mesmas qualificações educacionais.” (HASENBALG, 1979, p. 215).

Se não há racismo, como explicar as tamanhas desigualdades raciais no Brasil? No caso brasileiro, somente a existência do racismo, e a persistência dessas práticas pode explicar as desigualdades raciais no país. No entanto, aqueles que negam a existência de um problema racial no Brasil, insistem em considerar as desigualdades como um problema das diferenças de classe.

3.2.2 Negação do racismo no Brasil: A tese do preconceito de classe

Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, defende a tese de que no Brasil não existe racismo, no seu livro “Não somos racistas”. É importante trazê-lo para discussão, pois de certa forma sintetiza muitos dos argumentos mais frequentes de negação do racismo no Brasil e os argumentos contrários a políticas redistributivas e de ações afirmativas, como o sistema de cotas.

Este livro, quando do seu lançamento em 2006, no contexto da implementação do sistema de cotas raciais nas universidades e de todo o debate em torno desse tema, passou a ser utilizado como uma referência por grupos contrários às cotas, estando inclusive presente no discurso de parlamentares e na ADPF 186 do partido Democratas, que questionava a constitucionalidade do sistema de cotas.

De acordo com Rafael Alencar (2010) a referida ADPF questiona se o Brasil possui de fato uma questão racial, além de questionar a validade das estatísticas que apresentavam desigualdades raciais (p. 99):

“Isso posto, a autora da peça cita uma análise estatística do já mencionado diretor de jornalismo das organizações globo, para concluir que pardos, pretos e brancos estão sujeitos às ‘mesmas dificuldades, às mesmas possibilidades, às mesmas condições de vida.’” (ALENCAR, 2010, p. 99)

Kamel afirma que: “o preconceito racial pode ser mais apropriadamente descrito como o preconceito contra o pobre” (KAMEL, 2006, p. 26). E ainda: “tenho procurado mostrar que, mais que ao racismo, a má situação do negro no Brasil se deve à pobreza e que não existem atalhos fáceis para superá-la, como cotas ou políticas assistencialistas.” (KAMEL, 2006. P. 40).

Ora, o que o autor não explica é porque os negros são pobres, ou então: o negro pobre sofre o mesmo preconceito que o branco pobre? O que percebemos aqui é a chamada “naturalização da pobreza”. Aceita-se a existência da pobreza e da discriminação de classe, além do que podemos notar uma associação automática entre pobre e negro.

Guimarães (2002) argumenta que já é algo estabelecido e bem demonstrado estatisticamente o fato de que “a pobreza atinge mais os negros que os brancos no Brasil” (p. 64) Além disso, o autor afirma que já é algo bem demonstrado na literatura sociológica, a existência de um imaginário entre os brasileiros que associa preto/pobre de um lado e rico/branco de outro. (p. 64):

“Há portanto, no Brasil, seja na mentalidade popular, seja no pensamento erudito, seja na demografia ou na sociologia, na economia ou na antropologia, seja entre governantes e governados, um consenso de que os pobres são pretos e que os ricos são brancos.” (GUIMARÃES, 2002, p. 64)

As desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil são tão evidentes, que chega a haver esse tipo de consenso. No entanto, em vez de reconhecerem o elemento racial desta desigualdade, aqueles que negam a existência do racismo e sustentam que na verdade o que há é o preconceito de classe, preferem dizer que o negro sofre preconceito por ser pobre.

Se formos mais adiante nesta linha de pensamento, a explicação para a pobreza negra vai ser dada pelo passado escravista. Mas esta é aquela explicação que considera que havia uma situação desigual devido à escravidão, porém, com a abolição esta desigualdade tenderia a diminuir. Esta explicação considera apenas o passado escravista, mas não considera a operação de princípios racistas na sociedade como elemento perpetuador das desigualdades raciais: “Num país em que no pós-abolição jamais existiram barreiras institucionais contra ascensão social do negro, num país em que os acessos a empregos públicos e a vagas em instituições de ensino público são assegurados apenas pelo mérito [...]” (KAMEL, 2006, p. 39-40).

Diante de um argumento como este, podemos concluir que o autor está afirmando que os negros são pobres por que foram ou são menos competentes. Não seria esse um argumento racista? Se não houve barreiras contra a ascensão social do negro, se as vagas de empregos e nas instituições de ensino são asseguradas por mérito, e ainda assim a maioria dos pobres continua sendo composta por negros, o autor está defendendo que os brancos tiveram mais méritos – ou que são melhores.

Segundo Guimarães (2002) as lideranças negras têm se insurgido, de modo organizado pelo menos desde 1930, contra essa explicação segundo a qual o único problema é o passado escravista. O autor afirma que para essas lideranças “as causas da pobreza negra são a falta de oportunidades, o preconceito e a discriminação raciais.” (GUIMARÃES, 2002, p. 65).

3.2.3 Raça e pobreza: O elemento racista no preconceito de classe

Novamente falando da “naturalização da pobreza”, de fato, muitos autores quando buscavam negar o racismo, argumentavam que a discriminação era de classe e não de cor. No entanto é curioso que haja um esforço para negar a existência de uma discriminação racial, como se fosse algo que não pudesse existir, mas a discriminação de classe é encarada como se fosse algo menos relevante: Racismo não, não pode existir, seria algo abominável, mas já o preconceito de classe, ele existe, e aceitamos.

Guimarães (2002) chama a atenção para a legitimidade que ganhou o preconceito e a discriminação contra os pobres: “Isso significou tratar como natural e legítima tal discriminação de classe, esquecendo-se de que a possibilidade de uma pessoa pobre não ser portadora dos direitos plenos da cidadania é inaceitável numa ordem democrática.” (GUIMARÃES, 2002, p. 66).

O autor questiona de onde vem a legitimidade desse processo de discriminação, preconceito e de falta de oportunidades do qual os pobres são vítimas. E concorda com o pensamento dos militantes negros que dizem que “tal legitimidade decorre justamente do fato de que os pobres são negros.” (GUIMARÃES, 2002, p. 67).

Guimarães (2002) fala das desvantagens sofridas pelo negros na educação e no mercado de trabalho, citando o “ciclo de desvantagens cumulativas” a que os negros estão sujeitos, como definem Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. A chamada “boa aparência” que é “motivo” para a discriminação de negros e pobres no mercado de trabalho, além da diferença de qualidade do ensino público e do ensino privado, de modo que aqueles que têm mais condições financeiras podem pagar colégios privados, e têm mais condições de ingressar na universidade pública, gratuita, e de melhor qualidade. (p. 68).

Todos esse fatores fazem com que haja uma forte associação entre raça e classe social, e com que possamos observar um elemento racista no desprezo pelos pobres e na ausência de políticas públicas. É sintomático desta realidade, o fato de que “o termo ‘favelado’, por exemplo, é um dos insultos raciais mais frequentes no Brasil.” (GUIMARÃES, 2002, p. 69).

Guimarães cita uma pesquisa de Elisa Reis, que mostra que há por parte da elite brasileira uma preferência por políticas universalistas, enquanto políticas de combate efetivo à pobreza e ações afirmativas são rejeitadas. Há também na cena política brasileira: “Uma ausência de sentimento de responsabilidade com o presente e com a pobreza” (p. 70) O que faz com que Guimarães reafirme que: “é por isso que tem alguma plausibilidade a afirmativa dos militantes negros de que tal indiferença em relação à pobreza e a legitimidade da discriminação contra os pobres têm uma motivação racial.” (GUIMARÃES. 2002, p. 70).

Na realidade, ao contrário do que muitos argumentam, de que o negro não sofre preconceito racial mas sim preconceito de classe, podemos afirmar que ele sofre os dois tipos de preconceito, um está diretamente relacionado ao outro, e há um elemento racial no preconceito de classe.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por meio da qual, buscou-se captar as percepções dos estudantes do ensino médio, de escolas públicas e particulares do Distrito Federal a respeito do sistema de cotas raciais, através da utilização das técnicas de entrevistas individuais, ou de profundidade, e análise do discurso, para entender de que forma as políticas de cotas são entendidas por esses estudantes.

Segundo Gaskell, “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.” (GASKELL, 2008, p. 68). De acordo com Bauer, Gaskell e Allum (2008), “[...] a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais e, é considerada pesquisa soft. O protótipo mais conhecido é provavelmente a entrevista em profundidade.” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008, p. 23).

Gaskell explica que:

“Antes da entrevista, o pesquisador terá preparado um tópico guia, cobrindo os temas centrais e os problemas de pesquisa. A entrevista começa com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa, uma palavra de agradecimento ao entrevistado por ter concordado em falar, e um pedido para gravar a sessão.” (GASKELL, 2008, p. 82).

O planejamento inicial era entrevistar quatro estudantes de ensino médio de uma escola pública e quatro estudantes de ensino médio de uma escola particular, situadas em uma mesma região administrativa. Em ambas as escolas seriam entrevistados dois alunos (um negro e um branco) e duas alunas (uma negra e uma branca), de acordo com os objetivos de analisar a possível influência de um fator racial na opinião.

No entanto, foram realizadas três entrevistas na escola pública, e devido ao tempo, não foi realizada uma quarta entrevista. Desse modo, também foram realizadas três entrevistas na escola particular. Como o que se procurava analisar era um fator racial influenciando na opinião, gênero não era uma variável determinante, de modo que o fato de apenas um aluno ter sido entrevistado, não influencia na análise.

Foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas individuais, com três estudantes da rede pública de ensino. Todas as entrevistas foram realizadas em uma escola de ensino médio situada em Ceilândia. As entrevistas duraram em média cerca de 30 minutos, e foram baseadas em um tópico guia com nove eixos principais de discussão. (ver anexo pág. 83) As entrevistas foram gravadas, com a autorização da escola e dos alunos entrevistados.

Foram entrevistados dois alunos negros e uma aluna branca. Os três alunos são estudantes do 1º ano do ensino médio. Para fins de preservação do sigilo da identidade dos entrevistados, utilizaremos nomes fictícios para nos referirmos aos estudantes, bem como em referência à escola. A escola pública será nomeada de Escola 1.

Os estudantes entrevistados são: Pedro: aluno negro, Karla: aluna negra, e Priscila: aluna branca. Os estudantes não foram selecionados para a entrevista pelo pesquisador, mas pelo professor, de acordo com a disponibilidade dos mesmos. Havia apenas o aviso prévio ao professor e ao diretor, de que seria preciso entrevistar pelo menos um/a aluno/a negro/a e um/a aluno/a branco/a, devido aos fins da pesquisa. Na transcrição das entrevistas é mantido o modo de falar dos estudantes entrevistados (para lista de códigos usados na transcrição ver anexo pág 85).

Foram entrevistadas também três alunas de uma escola de ensino médio particular situada em Taguatinga. As entrevistas duraram em média cerca de 30 minutos e foram baseadas no mesmo tópico guia utilizado nas entrevistas com os alunos de escola pública.

É importante dizer que no planejamento original, a intenção era realizar entrevistas com alunos de uma escola pública e alunos de uma escola particular ambas situadas em uma mesma região administrativa – no caso a Ceilândia – e próximas entre si.

O objetivo era entrevistar alunos de um setor urbano específico, vivendo em um mesmo contexto econômico e social. No entanto, devido às dificuldades impostas pela escola particular planejada para realizar as entrevistas, e na qual se tentou a liberação para a realização da pesquisa, optou-se por uma escola em Taguatinga, o que, apesar de não fazer parte do planejamento inicial, acreditamos que não chegue a comprometer o objetivo principal da pesquisa.

Na escola de Ceilândia que não autorizou a realização das entrevistas, fui informado que, por políticas da instituição, existem algumas restrições à realização de pesquisas como esta, e que não seria possível liberar os alunos. Na escola particular de Taguatinga, também havia algumas restrições, no entanto, foi possível realizar as entrevistas, todavia, ao contrário do que aconteceu na escola pública, as entrevistas não puderam ser gravadas.

Foram entrevistadas uma aluna negra, uma aluna branca e uma aluna parda. Duas alunas cursam o 2º ano do ensino médio, enquanto que uma cursa o 3º ano. Para fins de preservação do sigilo da identidade das entrevistadas, utilizaremos nomes fictícios para nos referirmos às estudantes, bem como em referência à escola, que será chamada de Escola 2, já que nomeamos a escola pública de Escola 1. As alunas entrevistadas são: Maria: aluna negra, Júlia: aluna branca e Daniele: aluna parda.

Algumas questões centrais teriam que ser respondidas através da realização das entrevistas: 1) Qual a visão dos estudantes do ensino médio em relação ao sistema de cotas?

2) Existe um grande contraste entre a percepção dos estudantes de escolas públicas e a percepção dos estudantes de escolas particulares sobre essa política? e 3) Qual o conhecimento dos estudantes sobre a política de cotas raciais? De que modo eles se informam a respeito deste assunto?

Após a realização das entrevistas, as percepções dos estudantes da escola pública foram analisadas e comparadas entre si, assim como as percepções dos estudantes da escola particular. Em um outro momento foi feita a análise das entrevistas como um todo, buscando a compreensão, a partir de uma perspectiva comparativa entre as percepções dos estudantes entrevistados nas duas escolas, com ênfase na análise das hipóteses propostas.

5. PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE COTAS RACIAIS

Neste capítulo serão analisadas as percepções dos estudantes de uma escola pública e uma escola particular de ensino médio do Distrito Federal em relação ao sistema de cotas raciais.

Assim como este é um tema extremamente controverso, e gerador de muitas polêmicas em todos os lugares que é debatido na sociedade, com muitos argumentos favoráveis e contrários a esse tipo de política, aqui não é diferente.

A partir das diversas percepções dos estudantes de ensino médio a respeito do sistema de cotas raciais e temas relacionados, podemos testar as hipóteses propostas para análise, que são:

H1: Existe uma crença de que a política de cotas prejudica as chances de alunos que não se encaixam dentro da política de entrar para a universidade. Possíveis motivos seriam a difusão de ideologias liberais de igualdade dos indivíduos.

H2: Existe um fator racial que influencia na avaliação que os estudantes fazem a respeito das cotas raciais. Os estudantes de escolas particulares são em sua maioria brancos, ao passo que os estudantes de escolas públicas são em sua maioria pretos ou pardos, e este é um elemento relevante que faça com que as cotas raciais sejam rejeitadas mais amplamente entre os estudantes de escolas particulares.

H3: As cotas raciais são encaradas como injustas ou como uma discriminação aos próprios negros. Embora essa possa ser uma idéia presente mais fortemente no contexto dos estudantes de escolas particulares, é uma idéia difundida também entre os estudantes de escolas públicas.

H4: Existe um desconhecimento total ou parcial da política de cotas pelos estudantes que se encaixam no perfil de cotistas, e isso prejudica o alcance da própria política. Isso se daria por uma falta de práticas e programas institucionalizados nas escolas que informem os alunos sobre as mesmas.

Na primeira seção são apresentadas as percepções dos estudantes de escola pública em relação ao sistema de cotas, comparando as suas diferentes percepções. O mesmo é feito na segundo seção, desta vez com as estudantes de escola particular entrevistadas, para que, na última seção seja feita a análise das entrevistas como um todo, buscando a compreensão, a partir de uma perspectiva comparativa entre as percepções dos estudantes entrevistados nas duas escolas, com ênfase na análise das hipóteses propostas.

5.1 Percepções dos estudantes de escola pública em relação ao sistema de cotas

O questionamento inicial feito aos alunos era em relação ao que eles entendiam por sistema de cotas. Pedro, aluno negro, disse que nunca tinha ouvido falar do tema, e que não tinha um conhecimento a respeito:

Ent: é.. o que você entende, o que você já ouviu falar?
 Ped: ah..eu nunca ouvi falar não..
 Ent: nunca ouviu falar?
 Ped: nunca ouvi falar
 Ent: mas assim, que idéia você tem, que você imagina que seja?
 Ped: como é que é a pergunta?
 Ent: sistema de cotas
 Ped: sistema de cotas? Não faço a mínima idéia

O aluno afirmou que os professores não comentam sobre esse tema: “*Não falam. Deveriam falar né, o certo é falar né?*” Questionado se ouvia falar sobre o tema no seu dia-a-dia, fora da escola, nos jornais e outros meios de comunicação, Pedro afirmou que assiste muito jornal, mas nunca prestou atenção, não ouviu falar sobre esse tema.

Devido ao fato de ter pouco ou quase nenhum conhecimento sobre o assunto, o aluno ficava um tanto quanto confuso diante das perguntas, pedindo para repetir, ou explicar um pouco melhor:

Ent: é...então... É deixa eu ver. Por que você acha que foi criado o sistema de cotas?
 Ped: é... por que eu podia ter pelo menos a noção do que que é, pra poder responder..
 Ent: aham
 Ped: aí... ter o conhecimento

No entanto, após uma breve explicação a respeito do sistema de cotas raciais, o aluno percebia que havia uma relação entre sistema de cotas raciais e racismo:

Ent: é.. você acha, você considera um tema relevante, um tema importante para a sociedade?
 Ped: é importante né, por que.. por causa da nossa história né, assim... por que tem muita, muita gente que é racista, que num.. que.. por que nós negros, a gente somos seres humanos também como qualquer um.. aí não devia ter essa diferença assim entre raça..

As alunas entrevistadas demonstravam um pouco mais de afinidade com o tema. Priscila, aluna branca, quando questionada a respeito do seu conhecimento sobre o sistema de cotas, respondeu que:

Pri: já ouvi falar, já pesquisei sobre isso, eu pesquiso sobre muitas coisas...
 Ent: aham
 Pri: e essas coisas pra mim são bem interessantes. E o que eu entendo sobre cotas raciais é que é um sistema, falho... importante, mas que ao mesmo tempo não é a solução.

Karla, aluna negra, por sua vez, afirmou que já tinha ouvido falar, mas não lembrava muito bem:

Ent: já ouviu falar alguma coisa?
 Kar: professor comentou assim, na sala, aí eu ouvi, só que... eu não tô lembrada muito, faz tempo, faz um tempinho.

Questionada sobre o que acha que seja, Karla diz que acredita se tratar de um direito para os negros.

Assim como Pedro, que diz nunca ter visto um professor comentando sobre o tema, Priscila também considera este um tema pouco debatido na sociedade, opinião essa, aliás, compartilhada por Karla, apesar de afirmar que de vez em quando é um tema debatido na escola, em momentos como a semana da consciência negra:

Ent: esse é um tema que é debatido na escola, pelos professores ou entre os colegas?
 Kar: de vez em quando sim, dependendo. Tipo assim, por exemplo, essa semana mesmo, foi a semana da cultura negra, da consciência negra
 Ent: uhum
 Kar: e a gente tava durante a semana assim: Ah eu vou vir, que vai ter não sei o que, e outras pessoas falam: “Ah, não gostei não” não sei o que. E também de vez em quando a pessoa assim, do nada solta uma piadinha assim, que a gente se sente meio... “Ah seu... - Como é que é que fala... esqueci o nome, do negócio. Fica

falando coisas assim tipo: “Ah, fulano não sei o que..” “Ah mas ele é tão feio, aquele neguinho lá..” Não sei o que. Aí quem é negro, eu pelo menos, eu me sinto assim, falou de negro, tá mexendo comigo também

Ent: uhum

Kar: por que eu, eu me sinto, me agredindo também. Entendeu? Não gosto muito de escutar não. Aí eu pego e falo: Oh fulano, velho, fala assim não. Isso é feio pra vocês. Vocês não tá nem escutando falar isso, não vê o que tá falando, tá feio pra vocês. Eu chego e... assim, não vou falar no meio de todo mundo, eu chego nelas e: oh, não gostei. Não faço preconceito também com opção de sexo, por que tem uns amigos assim que... e o povo fica maiando também: “Ah aquele muleque ali e todo assim né?” Falo: ué, é o jeito dele de ser.

Karla relata situações em que podemos perceber a existência de preconceito racial na escola, mais especificamente percebe-se um preconceito em relação aos traços negros, que faz com que o colega considere alguém feio pelo fato de ser negro. Esse assunto é abordado em outro momento da entrevista, quando Karla fala de preconceito, mas afirma que não se importa com o que as pessoas dizem:

Kar: eu fiz, ano retrasado, uns cachinhos no meu cabelo. Ficou parecendo miojo: “Ah, oh o cabelinho de miojo ali” Tinha gente que passava e puxava. Era assim. Mas tudo bem.

Ent: sempre tem um pra ter que falar alguma coisa né?

Kar: é. Mas eu não me importo não. Eu começo a rir junto com a pessoa: Pois não é gente? Só pra, não ficar triste, por que se eu tô gostando, o resto...

Ent: o pessoal acha que todo mundo tem que ser do mesmo jeito né?

Kar: mas não tem.

A estudante diz que não se importa com as “gracinhas” que são feitas por exemplo em relação ao seu cabelo, ou mesmo que possa em algum momento se ofender, procura não transparecer isso, quando diz que começa “a rir junto com a pessoa”, “só pra, não ficar triste”. Mas sustenta a sua opinião de que se ela está feliz, não importa a opinião dos outros, e que as pessoas não têm que ser iguais.

Karla também afirma que temas como racismo, cotas é um tipo de assunto que as pessoas não gostam de comentar, inclusive pessoas negras: “É. *Eu particularmente gosto de também ficar falando. Por causa que, a maioria das pessoas... num gosta de ficar comentando, tem gente da minha própria cor, então...*”

Priscila, por sua vez, afirma enfaticamente que não vê esse tema sendo discutido em nenhum lugar:

Ent: você acha que esse é um tema muito debatido, na sociedade?

Pri: não. Eu acho que tem coisas mais debatidas, hoje, que as pessoas estão debatendo mais, que é o feminismo, e eu não vejo falando sobre cotas. Não vejo. Não vejo falando na televisão, não vejo no jornal, não vejo, não vejo em revista, não vejo em site, não vejo.

Ent: na escola?

Pri: não

Ent: professores?

Pri: não. Ninguém nunca falou sobre isso.

Ent: e entre vocês, entre os alunos?

Pri: não, ninguém tá nem aí pra nada, pra isso. As pessoas não ligam pra isso, elas não ligam pra esse tipo de tema e elas acham bobo, essas coisas.

Priscila afirma que este tema não é debatido nem na escola, e não vê as pessoas falando sobre isso em nenhum lugar. Segundo ela esse é um tema considerado “bobo” pelas pessoas, se referindo especialmente aos seus colegas.

Esse é um ponto de concordância entre Priscila e Karla – o fato de as pessoas não gostarem de falar sobre esses temas -, no entanto, ao contrário de Karla que cita a semana da consciência negra como um momento em que se fala sobre racismo e temas relacionados na escola, Priscila, apesar de estudar na mesma escola, diz que nunca ouviu falar nada sobre o assunto.

Segundo a estudante, teria partido dela própria o interesse por pesquisar assuntos como este: *“Eu sou vegetariana, eu apoio causas tipo... essas coisas assim, eu me interessando bastante por esse tipo de assunto, tipo, feminismo... então eu pesquiso bastante. E as injustiças do mundo.”*

Questionados se acreditam que possam ser beneficiados pelo sistema de cotas, os dois alunos negros – Pedro e Karla - disseram que sim, enquanto Priscila disse que não. Os alunos afirmam que têm pouco ou nenhum conhecimento sobre o funcionamento do sistema de cotas, e - como já se poderia supor pelo fato de os alunos dizerem que esse não é um tema debatido na escola- que esse tipo de informação não é dada na escola:

Ent: é.. qual a informação oferecida pela escola sobre o funcionamento do sistema de cotas ou sobre o que você tem que fazer para utilizá-lo?

Pri: mas, que eu já recebi informação na escola?

Ent: é. Qual a informação que existe aqui?

Pri: eu nunca vi informação nessa escola não.

Com relação à necessidade da criação do sistema de cotas, ou quando questionados sobre suas opiniões a respeito do tema, os estudantes demonstravam considerar algo importante, e que foi criado devido à existência de um problema, de uma injustiça. No entanto, também se mostravam um tanto incomodados com uma divisão que este sistema poderia trazer e também com a separação em raças.

Para Priscila, o sistema de cotas foi criado por que existe racismo, e este é um tema importante e que tem que ser discutido, por que ainda existem muitas injustiças:

Ent: na sua opinião, por que criaram esse sistema de cotas?

Pri: por que? Por que tem racismo, racismo tá aí. Aí pra tentar passar por cima disso, criaram o sistema de cotas.

Ent: é... é um tema que te interessa, você já falou.. Você considera então um tema importante pra você?

Pri: é um tema importante. Por que... é uma coisa que tem que ser discutida, por que ainda tem injustiças por aí, então, enquanto não estiver solucionadas certas questões, tem que ser debatido, tem que ser falado, tem que ser citado

Percebemos que Priscila desde o primeiro momento já demonstra ter uma opinião crítica em relação ao sistema de cotas, quando diz que o sistema de cotas teria sido criado “para tentar passar por cima” do racismo. Em um outro momento, falando a respeito dos pontos positivos e negativos do sistema de cotas, Priscila considera que o sistema de cotas não é a solução, mas também defende a sua manutenção no momento:

“É por que eu acho que não é assim que funciona, por que o racismo já vem daí, diferenciando, quem é branco e quem é negro. Então eu acho que daí já mostra o racismo, dessa maneira assim... Então eu acho que, é uma coisa que é importante, mas ao mesmo tempo não é a... talvez deve ter outra solução? Mais cabível pra esse, pra essa questão assim”

A aluna argumenta que tem que ter um outro jeito de resolver isso “*sem essa divisão, separação*”. Porém, quando questionada se essa seria uma política válida, ao menos de modo temporário, a aluna defende a sua importância, e mesmo não considerando como a solução, em sua opinião teria que ser mantida:

Ent: mas você acha que é válida pelo menos por um tempo assim, teria outra melhor agora, ou você acha que deveria continuar então?

Pri: no momento em que estamos vivendo agora?

Ent: é.

Pri: eu acho que tem que continuar. Por que se tirarem as cotas, aí acabou tudo! Essas pessoas todas vão ser prejudicadas, também não vai dar certo. Teria que ter outra solução.

Ent: hum

Pri: uma solução mais cabível é, outro jeito de resolver essa questão. Mas eu acho que o sistema de cotas não é aquela coisa que fala: “Ah, isso aqui vai mudar” Num vai mudar! Entendeu? É como se pelo fato de você ser negro você tá sendo privilegiado, mas ao mesmo tempo você não está sendo privilegiado, você... é uma coisa muito louca.

Ent: não é a solução?

Pri: não é a solução.

É interessante observar que apesar de considerar a existência do racismo, e acreditar que não é a melhor solução, o sistema de cotas deve continuar funcionando – pois do contrário as pessoas seriam prejudicadas – o que mostra a consciência de que os negros teriam uma condição menos favorecida. Priscila demonstra uma certa hesitação, uma dúvida em relação à essa questão, quando afirma que “*É como se pelo fato de você ser negro você tá sendo privilegiado, mas ao mesmo tempo você não está sendo privilegiado [...]*”

Essa hesitação pode apontar para o questionamento da eficácia desse tipo de medida – talvez não seja um benefício ser tratado dessa maneira diferenciada - ou mesmo para o questionamento se seria justo ou legítimo, que as pessoas sejam privilegiadas apenas pelo fato

de serem negras. Tanto é que a estudante considera que “*o sistema de cotas não é aquela coisa que fala: ‘Ah, isso aqui vai mudar’, Num vai mudar! Entendeu?’*”. Priscila parece se referir ao racismo e à realidade de desigualdade racial.

Para Karla, o sistema de cotas é muito importante, e ela acredita que ele foi criado como um direito para os negros, e que para que tenha algum resultado positivo: “*Eu acho que o sistema de cotas ele foi criado mais pra um caráter de direito, pra... então tem que ter algum resultado aí*”. Além disso, a aluna considera que as cotas foram criadas por que havia a necessidade que alguma coisa fosse feita:

Ent: e por que você acha que, foi criado, o sistema de cotas?

Kar: ah, por que... a necessidade. Com a necessidade veio a criatividade (risos) É... tipo assim... você tem que pagar pra comer, então, vamo trabalhar né povo? Por isso, que eu quero estudar, e o povo não tá deixando, eu vou fazer o que? vou procurar um meio, de ver como é que eu vou fazer pra poder estudar. Eu quero estudar ué!

Ent: hum

Kar: por que se é, só, só tem essa maneira de eu conseguir alguma coisa. Então tem que ser desse jeito, e se o povo não tá deixando nem eu desse jeito como é que eu vou fazer? Lutar por, pra isso. Tá certo!

Ent: você acha que, foi criada por que já existia algum... problema?

Kar: necessidade. Se você for pegar o sistema utilizado aqui no Brasil e pegar o lá de fora... é diferente. Que o povo tem que lutar pra ter ainda.

Ent: uhum

Kar: lá não. Eles já têm tudo direitinho. Reservadinho pra todo mundo, tal...

Karla considera as cotas como um meio para que estudantes negras como ela possam estudar em uma universidade, e associa o estudo com a possibilidade de conseguir um bom emprego, com o qual possa se sustentar: “você tem que pagar pra comer” e o estudo seria o meio para conseguir algo bom, e defende a possibilidade das cotas: “por que se é, só tem essa maneira de eu conseguir alguma coisa. Então tem que ser desse jeito [...]”

A estudante demonstra uma disposição de lutar, defendendo assim um direito, que estaria ameaçado por aqueles que não querem deixar que ela estude: “*Por isso, que eu quero estudar, e o povo não tá deixando, eu vou fazer o que? e ainda “[...] e se o povo não tá deixando nem eu desse jeito como é que eu vou fazer? Lutar por, pra isso.*”

Karla também acredita que em outros países existem realidades em que há mais organização, que já existem direitos garantidos: “*Eles já têm tudo direitinho. Reservadinho para todo mundo, tal...*” Esta é uma suposição também de um sistema menos desigual, e nisso ela justifica a “necessidade” de um sistema de cotas, pois, diferentemente de outros países onde em sua opinião já há espaço para todos, no caso brasileiro “o povo tem que lutar pra ter ainda.”

Desse modo, a estudante se declara a favor do sistema de cotas, e quando questionada se este deveria ser um sistema permanente ou temporário, defende que se estiver funcionando, se houverem resultados deve permanecer, e se não estiver funcionando, tem que ser fortalecido:

Ent: você acha que as cotas deviam ser uma política, que deve continuar pra sempre, ou só por um tempo?

Kar: depende. Se der certo assim, se todo mundo aceitar, tá ali oh, tá escrito, lei. Pronto, acabou.
 Ent: hum.
 Kar: se der certo. Se num, se num, se der lucro, entendeu, se tá tudo certinho.
 Ent: se estiver funcionando você acredita que deve continuar?
 Kar: se der resultado. É... se... se por acaso não resolva nada, ter uma mais forte, entendeu?

A estudante condiciona a manutenção do sistema de cotas aos resultados, porém ela também considera a opinião das pessoas, no sentido de que se “todo mundo aceitar”, ou digamos, se a maioria das pessoas aceitar, havendo um consenso, deveria se tornar algo permanente: “[...] *se todo mundo aceitar, tá ali oh, tá escrito, lei. Pronto, acabou.*”.

Apesar de inicialmente dizer que não tinha noção do que se tratava o sistema de cotas, quando falamos um pouco a respeito, Pedro disse considerar um tema importante, e percebe a relação com o racismo, no entanto, o aluno demonstra uma rejeição à idéia de uma separação de acordo com a cor das pessoas, e este é um dos motivos que o estudante aponta também para que, em sua opinião, a maioria das pessoas seja contrária a esse tipo de política:

Ent: e... assim, o seu palpite, o que você acha: você acredita que a maioria das pessoas é a favor ou contra esse tipo de coisa assim, de cotas? Tem um tanto de vagas ali que já estão reservadas pra quem é negro, ou pardo, ou que já estudou em escola pública. Você acha que a maioria das pessoas é a favor ou contra?
 Ped: acho que... a maioria é contra. Por que... é... como é que eu posso explicar... Por que não devia ter essa diferença entre as cores... é... todos deviam ter o...as mesmas oportunidades. Tipo, como é que eu posso explicar...

Em um momento anterior, quando discutimos sobre quais seriam os pontos positivos ou pontos negativos em relação às cotas, o estudante pede para explicar um pouco sobre o sistema de cotas, e já demonstra uma rejeição à idéia de os negros estarem concorrendo por vagas de um modo separado:

Ent: é... em sua opinião quais seriam os pontos positivos e negativos em relação às cotas? O que teria de bom em ter as cotas ou o que seria ruim?
 Ped: ah eu acho que... deixa eu ver.. como que eu posso falar... me deu um branco aqui agora..
 Ent: ah tranquilo... pode...
 Ped: as cotas é o... só pra eu saber, só pra eu dar um relembra aqui...
 Ent: é a questão de você ter as vagas na universidade né?
 Ped: hum..
 Ent: por que você tem o vestibular, e todo mundo faz a prova, aí tem tantas vagas, o que tiver a melhor nota entra. Só que as cotas é você separar um tanto, tipo, ah, 20% por exemplo: 20% vai ser pra negros e pardos, aí os outros 80% todos os outros vão disputar.. aí aqueles 20% vão estar destinados só para quem se declarar pardo ou negro por exemplo... Então ele vai disputar só entre eles entendeu? Já vai ter um tanto reservado, pra que, tenha mais, no caso né, negros ou pardos, pra não disputar todos numa coisa só
 Ped: ah, na minha opinião devia ser todos disputar numa coisa só
 Ent: sim?
 Ped: sim. Certeza.
 Ent: mesmo com a.. a diferença, a desigualdade que existe, de ensino, de...
 Ped: eu acho que sim né.. Há vários, há vários e muitos talentos né só que...

Ent: Aham

Ped: só que.. tem pessoas que não vê. Na verdade elas vê, só que tem aquela coisa da... se é branco, se é negro principalmente... deixa eu ver como eu posso falar.. Só que eu não tenho muito conhecimento das cotas assim...

Ent: não, mas você tava, tava bem, você falou bem .Você tava falando assim, que as pessoas, que tem pessoas boas em todos os lugares, muitas vezes o que falta é uma oportunidade

Ped: é... o que falta é oportunidade. Por que há vários talentos, só que não são observados.

Ent: hã... então você não acha que, um sistema desse de cotas, ele tentaria colocar mais pessoas, ou você acha que não, que todo mundo teria que fazer uma prova só?

Ped: eu acho que, todos, poderia fazer uma prova só, né?

Ent: aham

Ped: é... existe só uma raça só né, a raça humana entende?

Talvez pelo fato de o estudante não ter muito conhecimento sobre o sistema de cotas, sendo necessário que fosse feita uma explicação ali no momento, pode ter havido alguma confusão em relação ao que se tratava, quando se fala da reserva de vagas e ao fato de os negros concorrem por essas vagas de um modo separado. No entanto, foi possível notar em mais de uma ocasião, que o estudante não se sentia confortável com a idéia de distinção entre cores, ou raças, afirmando que *“não deveria ter essa diferença entre as cores”* e que *“existe só uma raça né, a raça humana entende?”*.

O estudante também afirma que existem muitos talentos, só que eles acabam não sendo observados e não tendo oportunidade, no entanto, mesmo após a breve explicação sobre a reserva de vagas para um grupo específico – no caso, negros e pardos- para que mais pessoas desse grupo entrem, o aluno afirma que *“na minha opinião podia ser todos disputar numa coisa só”* e mantém essa opinião quando questionado sobre a diferença e a desigualdade de ensino e se não considerava que o sistema de cotas tentaria colocar mais pessoas: *“eu acho que, todos, poderia fazer uma prova só, né?”*

Apesar de falar da falta de oportunidade de alguns, Pedro não relaciona essa falta de oportunidade com a questão racial. O estudante afirmar no final que só existe a raça humana mostra a sua rejeição à idéia de reserva de vagas de acordo com um critério de raça ou cor. Quando o aluno fala em muitos talentos, e defende que todos deveriam fazer uma prova só, entendemos que ele acredita na capacidade ou no mérito individual.

Com relação aos pontos positivos e negativos do sistema de cotas, Priscila, assim como Karla, concorda que o ponto positivo seria a oportunidade de mais pessoas estudarem:

Ent: quais seriam, os pontos negativos e os pontos positivos na sua opinião, das cotas?

Pri: ponto positivo? É que dá oportunidade a pessoas que talvez não teriam condições, ou então, que elas.. não teriam condições, ou então que elas não teriam oportunidade pelo fato delas serem negras ou pelo fato delas serem pobres

Priscila considera que pelo fato de serem pobres, ou mesmo pelo fato de serem negras, as pessoas teriam as suas oportunidades de entrarem em uma universidade reduzidas – a estudante demonstra perceber uma relação entre discriminação racial e o acesso ao ensino superior - Desse modo, considera positivo a reserva de vagas, para esses grupos que seriam menos favorecidos, embora acredite que as cotas não sejam a solução, e que muito menos resolveria o problema do racismo:

Ent: e o sistema de cotas então... o sistema de cotas você acha que não combate o racismo?

Pri: não. Eu acho que ele marca o racismo em vez de combater o racismo. Eu acho até que num é nem que marca... Eu acho que ele.. eu não sei explicar, mas não é a solução, não é aí, não é ficar dividindo. Por que eu acho que, no momento em que você bota uma foto, você bota uma diferença. Entendeu?

Ent: uhum

Pri: você já fala: não, não vai sair na foto por que você é negro, você não por que... entende? Já faz um diferença aí. Então já acontece um racismo aí, já acontece, tudo aí. Então, eu acho que não é a maneira de combater, eu acho que deve existir, em algum lugar do mundo, ou então em algum lugar lá no futuro, um sistema muito melhor do que esse. Eu acho que é importante, por que sem ele ia ficar mais complicado, mas ele, não é a solução.”

É importante destacar que Priscila tem uma opinião de que o sistema de cotas raciais é um sistema falho, que não é a solução e que pode ter esse lado de reforçar o racismo – todos esses argumentos utilizados por aqueles que rejeitam essa política – porém ela não se coloca contrária a essa medida, e considera também algo importante, que é válido, apesar de seus defeitos, e dos questionamentos que se pode ter – que inclusive a própria estudante faz.

Karla também aponta como possível ponto negativo essa possibilidade de marcar o racismo que Priscila comenta. Não de um modo tão incisivo quanto Priscila, mas ela fala dessa desigualdade racial:

Ent: mas o que você acha que pode vir, que pode ser bom ou que pode ser ruim das cotas? Você acha que tem algum ponto negativo ou não?

Kar: acho que, eu acho que, pode crescer mais esse... tipo assim, uma coisa que a gente tá lutando pra poder não ter.

Ent: uhum

Kar: pode, por um acaso assim, evoluir. Por causa... Por que se fossem assim, no caso assim: Se os índios fossem maiorais, e os brancos fossem aqueles que fossem deixados de lado, que não fossem nada

Ent: hum

Kar: eles também lutariam, pra conseguir... no caso só trocou.

Essa coisa que estamos lutando para não ter seria o racismo, ou a desigualdade racial. No entanto, ao mesmo tempo a aluna está argumentando que deve- se lutar pelo seus direitos, e que qualquer um faria isso: Se são os negros que estão lutando por alguma coisa, se ao contrário, os brancos estivessem em desvantagem “*eles também lutariam, pra conseguir... [...]*”

Enquanto Pedro considera que a maioria das pessoas seja contrária ao sistema de cotas, tanto Priscila quanto Karla quando questionadas, disseram acreditar que a maioria das pessoas é a favor. Karla afirmou que com base no seu convívio, a maioria das pessoas aceita:

Ent: de acordo com a sua experiência, você acha que a maioria das pessoas é a favor ou contrária às políticas de cotas?
 Kar: se eu acho que a maioria?
 Ent: é
 Kar: acho que...
 Ent: no seu dia- a dia, as pessoas que você conhece, na família...
 Kar: eu acho que é a favor, por que brasileiro, é tudo... né?. E... sei lá, acho que é a favor, pelo menos por aqui, por quem eu vejo.
 Ent: hum
 Kar: quase todo mundo.
 Ent: mas você acha que...
 Kar: acho que aceitaria
 Ent: a maioria das pessoas aceita?
 Kar: aceita.

Karla acredita que a maioria das pessoas aceita com base em seu convívio social, e além disso, parece sugerir que a maioria é favor como se os brasileiros aceitassem tudo ou como se pensassem de um mesmo modo. Karla é a favor do sistema de cotas, e o fato de conviver com muitas pessoas que também são a favor – pessoas que inclusive podem ser beneficiadas como ela – pode fazer com que ela acredite que de um modo geral a maioria das pessoas tenha essa mesma opinião.

Priscila no primeiro momento diz que a maioria das pessoas é favor ao sistema de cotas, no entanto, com o decorrer da entrevista ela própria coloca em questão o se dizer a favor e o ser a favor de fato:

Ent: é... de acordo com a sua experiência, você acha que a maioria das pessoas é à favor ou contra as cotas?
 Pri: eu acho que elas são a favor.
 Ent: a maioria?
 Pri: eu acho que a maioria.
 Ent: mas você vê muita gente falando assim que é a favor, ou que é contra?
 Pri: não...
 Ent: no dia- a-dia assim?
 Pri: eu acho que quando elas não debatem sobre isso, mesmo que elas pensem que não elas falam que sim.
 Ent: hum
 Pri: mesmo que elas achem o contrário elas falam que sim. Talvez pra não parecer uma pessoa preconceituosa.
 Ent: ah, então, às vezes as pessoas falam mas, às vezes é da boca pra fora né?
 Pri: é. As vezes ela pode tá falando aquilo só pra ela num... aos olhos das pessoas de fora não tá sendo uma pessoa preconceituosa.
 Ent: igual o racismo né?
 Alu: sim.
 Ent: por que ninguém diz que é racista também né
 Alu: não
 Ent: se você perguntar 99% das pessoas, “não, racista? Imagina?”
 Pri: mas elas agem de uma maneira racista. Então, a gente vê por aí, as cotas é a mesma coisa.

Não podemos dizer que Priscila acredite que de fato a maioria das pessoas seja favorável ao sistema de cotas. A sua resposta é mais sobre o que aparenta ser: Aparentemente, a maioria das pessoas se diz favorável ao sistema de cotas. Priscila acredita que mais pessoas se declaram favoráveis, porém isso não quer dizer necessariamente que elas estejam sendo sinceras: *“Mesmo que elas pensem que não elas falam que sim”*. Esse tipo de atitude por conveniência é exatamente aquela característica do racismo brasileiro, onde ninguém se assume como racista, no entanto as práticas racistas continuam existindo: *“Mas elas agem de uma maneira racista”*.

Foi perguntado ao alunos se eles conheciam alguém que havia entrado na universidade por meio de cotas. Apenas Priscila disse conhecer alguém, porém não é uma pessoa beneficiada pelo sistema de cotas raciais. Sua tia teria entrado em uma faculdade e ganhado uma bolsa de acordo com critérios de renda.

Apesar de não se referir às cotas raciais, este caso citado pela estudante foi importante, pois através dele entramos na discussão sobre cotas sociais x cotas raciais, além do que, apesar de não ser exatamente igual, há alguma similaridade no preconceito com cotistas ou bolsistas.

Ent: você conhece alguém que já entrou numa universidade pelo sistema de cotas?
 Pri: não... não pelo sistema de cotas, tipo, cotas.. tipo... minha tia, ela entrou por causa tipo, que ela tipo... por salário...
 Ent: hã
 Pri: tipo, não sei explicar isso, tipo, valor da família dela, por que ela botou minha vó, aí a filha dela como se ela criasse sozinha?
 Ent: aham
 Pri: foi meio que uma trapaça né? Mas, foi. Ela botou como se ela, tipo, ela com o valor do salário dela sustentasse a minha vó e a filha dela sozinha. Aí ela pegou e entrou na cota com relação a isso, ela pegou cota de...
 Ent: cota social?
 Pri: é. Cota social. Isso.
 Ent: foi recente ou já tem um tempo?
 Pri: foi nesse ano.
 Ent: ah. É por que, desde 2012, criaram uma nova lei de cotas né...
 Pri: hum
 Ent: por que antes não era lei, dependia se a universidade queria ou não ter cotas. Se a universidade não quisesse ela também não fazia entendeu?
 Pri: uhum
 Ent: dependia da universidade. E a universidade também escolhia quantos por cento que ela separava pra cotas. Ou 5% ou 15 ou 20, aí em 2012 teve uma lei pra definir né. E aí eles acrescentaram também as cotas sociais. Que aí agora, metade das vagas já é reservada para alunos que fizeram todo o ensino médio em escola pública.
 Pri: aham
 Ent: já é lei né. Já é obrigatório. E dentro dessa metade tem divisões, que aí vai ser de acordo com a renda familiar né. De tantos a tantos salários mínimos, de tantos a tantos, e, de acordo também, se se declara pardo, ou negro né
 Pri: ou indígena

Ent: ou indígena, que aí chama PPI: preto, pardo ou indígena. Que aí seria racial.
Então ela entrou pela social no caso
Pri: pela social.

Priscila explica como sua tia entrou na faculdade, e foi beneficiada de acordo com um critério de renda. Por isso que digo que sua tia entrou por um tipo de cota social, e passo a explicar um pouco sobre a Lei 12.711/12 e sobre cotas sociais. A questão que nos interessa é se os estudantes veem alguma diferença entre cotas raciais e cotas sociais, e é o que passa a ser discutido com Priscila no seguinte trecho:

Ent: você vê alguma diferença entre cotas raciais e cotas sociais?
Pri: eu acho que nesse ponto eu não vejo tanta diferença. Eu acho que meio que tanto faz, por que de qualquer jeito é uma ajuda, mas no caso da social é por que a pessoa não tem a.., sei lá, não tem dinheiro pra pagar, e na cota racial é por que a pessoa sofre a discriminação. Então a diferença é essa.
Ent: aham.
Ent: mas você acha que o efeito é o mesmo assim, é parecido?
Pri: não.
Ent: não?
Pri: não.
Ent: há uma diferença então?
Pri: há uma diferença.
Ent: mas você acha que uma seria melhor do que a outra ou não? Mas justa...
Pri: não. Não tem mais justa ou não.
Ent: por que tem gente que é contra as cotas raciais, fala: “Não, eu sou contra as cotas raciais mas eu defendo as cotas sociais”
Pri: aham
Ent: tem gente que fala isso: “Eu não sou a favor das cotas raciais, mas eu defendo que os alunos de escola pública tenham um percentual de cotas né”
Pri: uhum
Ent: então existe essa... Mas você não acha então que uma seja melhor ou pior que a outra?
Pri: é a mesma coisa, por que dá a mesma oportunidade. Então, é a mesma coisa só que... eu não sei explicar bem. Tem uma diferença, mas... é tipo, é diferente, o jeito que as pessoas veem. Eu consigo ver que as pessoas veem isso.

Priscila considera que não há tanta diferença, pois em ambos os casos acredita que “é uma ajuda”. A estudante destaca que as cotas sociais são para aqueles que não têm dinheiro para pagar, e que as cotas raciais são para aqueles que sofrem a discriminação. No entanto, apesar de considerar que não há tanta diferença, a estudante acredita que há um efeito diferente.

A estudante também não considera que um tipo de cota seja mais ou menos justo que outro, ou melhor ou pior do que outro, pelo fato de que todas dão oportunidade, entretanto, ela volta a afirmar que há alguma diferença, que ela não sabe explicar bem, porém está relacionada ao modo como as pessoas veem. Essa diferença que Priscila diz haver, com relação à visão das pessoas – que ela mesmo considera não haver entre as cotas – provavelmente se refere ao fato de algumas pessoas verem de um modo mais positivo ou

negativo determinado tipo de cota. Um caso típico é a pessoa ser contra as cotas raciais e se dizer a favor das cotas sociais.

Karla considera que cotas raciais e cotas sociais são bem diferentes, e faz um relato sobre um amigo para mostrar as dificuldades que pessoas sem uma boa condição financeira passam para poder cursar uma faculdade, e ao mesmo tempo, procura diferenciar das pessoas negras, que seriam discriminadas, independentemente de serem ricas ou pobres. Apesar da diferenciação, para Karla esses dois tipos de cotas são importantes, e nenhum é melhor que o outro:

Ent: você vê alguma diferença entre cotas raciais e cotas sociais?

Kar: sociedade é mais pra todos, raciais é só...

Ent: é... raciais, que é você dividir um tanto pra negros ou pardos, e as sociais que é de acordo com a renda ou...

Kar: tem uma diferença... grande

Ent: tem uma diferença entre as duas?

Kar: tem. A diferença é, tipo assim: Sociedade. Eu moro aqui na Ceilândia né?

Ent: uhum

Kar: e aqui, eu acho que todo mundo assim, tem um, tem um padrão de emprego quase a mesma coisa, o mesmo salário tal. Aqui pela Ceilândia, em qualquer lugar também, nem todo mundo que mora aqui é casa própria.

Ent: uhum

Kar: tem aquelas casas que são próprias, só que lá nos fundos tem um lugar lá pra alugar.

Ent: sempre tem né. Quase todas. Quase toda rua tem a casa e nos fundos...

Kar: é. Tipo assim, e eu tenho um amigo. Ele mora aqui oh, no, na rua do [?] e eles mora de aluguel o nome dele é R.... Ele, ele agora tá com 21, 21 anos, muito legal. E, ele tinha algumas dificuldades pra conseguir as coisas assim, ainda mais pelo fato que a mãe dele era desde... o pai dele dava pensão entendeu... e tinha que pagar o aluguel e tal, isso tudo. Ele teve que começar a trabalhar. Trabalhar e estudar. Aí ele falava, ele conversava comigo: que era difícil, que ficava mais difícil, que era mais puxado. Por causa que o dinheiro nunca dava sempre pra tudo. E tinha materiais que ele tinha que tá comprando né?

Ent: aham

Kar: aí, assim, ele parou, total, de fazer a faculdade...

Ent: saiu da... ele saiu?

Kar: saiu. Saiu assim: Uh, vou virar vida loka agora... Mentira, por causa que não tava dando conta e a mãe dele tava doente e tal...Então... pro riquinho lá do Lago Sul, fazer uma faculdade deve ser... só ter preocupação com isso né?

Ent: é muito mais fácil né?

Kar: bem mais! Lá é só estudar, e fica mais fácil deles estudar pras provas pra poder passar, conseguir nota. Os negros não. Negro, sei lá, pode ser pobre pode ser rico mas sempre vai ter... É... véi, só de você entrar na matrícula [?] do preconceito. Sempre vai ter... não só preconceito... Talvez até o, o menino de lá com a roupa dele...

Ent: a cultura diferente né?

Kar: é

Ent: e o pessoal acha que por que é diferente seria...

Kar: exatamente

Ent: seria pior né

Kar: e as cotas sociais eu acho que... vai pelo... não sei se você já viu... como é que é o negócio lá do Bradesco, que eles vão lá na sua casa pra ver como é que é...

Ent: ah, pra conseguir entrar lá no Bradesco

Kar: é. Tem que ser tudo mais.... realmente você precisa

Ent: aham.

Kar: é. Só que eles vê tudo. Entendeu?

Ent: aham.
 Kar: não vai ficar olhando pra sua cor, ele vai olhar as pessoas como um todo... se você...
 Ent: seria uma cota social né?
 Kar: exatamente.
 Ent: eu tenho um primo que ele estudou o fundamental e o médio todinho no Bradesco.
 Kar: pois é. E é assim. E o negro não. Ele não é... eles não olha pra cor, pra cultura assim...
 Ent: mas você acha que então...
 Kar: são diferentes!
 Ent: são diferentes, mas as duas seriam importantes, ou você acha que...
 Kar: as duas são importantes... Importantíssimas.
 Ent: uma seria melhor que a outra?
 Kar: não. As duas.

Podemos observar que Karla entende as cotas sociais como algo mais amplo, que vai atingir tanto brancos quanto negros – quando ela dá o exemplo de que em Ceilândia todos têm o mesmo padrão de emprego, de salário – enquanto as cotas raciais seriam mais restritas: “raciais é só...”.

No entanto, apesar de fazer essa diferenciação, que poderia levar para um argumento de que as cotas sociais são mais abrangentes, que seriam melhores por que atenderiam tanto negros quanto brancos pobres, estaria analisando a condição social da pessoa, sem olhar para cor, Karla continua defendendo a importância das cotas raciais.

Se por um lado uma pessoa pobre tem dificuldade para entrar e para se manter em um curso superior, os negros, independentemente de sua condição financeira, sofrem o preconceito e a discriminação: *“Negro, sei lá, pode ser pobre pode ser rico mas sempre vai ter... É... véi, só de você entrar na matrícula [?] do preconceito. Sempre vai ter... não só preconceito... Talvez até o, o menino de lá com a roupa dele...”*

Pedro por sua vez, diz não entender muito bem a diferença entre cota social e cota racial:

Ent: então, metade das vagas das universidades federais agora são reservadas pra quem fez todo o ensino médio na escola pública. Aí tem uma divisão entendeu? De acordo com a renda familiar, até tantos salários entendeu?
 Ped: uhum...
 Ent: e aí tem a racial. Do aluno que se declara pardo ou negro. Então aí a cota racial vai ser por raça né... raça! Que nem existe e ainda temos que falar nisso
 Ped: é
 Ent: mas, negro, é.. pardo ou branco, e a cota social, que aí seria estudar em escola pública e ter uma renda de até tantos... Aí é a cota social. Você vê alguma diferença entre a cota racial e a social?
 Ped: ah.. eu não entendi muito a diferença não. Eu acho que, eu acho que como a... a gente é só uma raça
 Ent: uhum
 Ped: a gente é uma raça só, é a raça humana.
 Ent: uhum.
 Ped: acho que todos deviam ter o mesmo direito né? Esse negócio de que ganha muito, mais, quem ganha menos... acho que todos deviam ter a mesma oportunidade.

Ent: uhum. Mas você acha que uma, então uma não é melhor que a outra, ou...

Ped: não, todos somos iguais, não tem...apenas que uns tem a habilidade de [?] outros têm, como posso dizer... outros tem a habilidade de ter o discurso...mas todos iguais. Acho que não devia ter essa diferença não.

Ent: não, beleza

Ped: todos deviam ter a mesma oportunidade.

Pedro continua argumentando que existe apenas a raça humana. No entanto, quando questionado se uma não seria melhor que a outra – cotas raciais ou cotas sociais – o estudante parece confundir com as pessoas, dizendo que todos são iguais. Por fim volta a defender que não deveria existir essa diferença – de raça ou de renda – e que todos deveriam ter a mesma oportunidade.

Os estudantes foram unânimes em dizer que as pessoas beneficiadas pelas cotas podem sofrer algum tipo de preconceito ou discriminação, como podemos ver nos seguintes trechos:

Ent: você acredita que pessoas que são beneficiadas pelas cotas podem sofrer algum tipo de preconceito ou de discriminação?

Kar: sempre tem né, aquele bacaninha que chega lá..Ah.. você tá aqui com bolsa... bolsa de estudos.. [?] todo mundo que tá ali tá querendo alguma coisa, tá querendo crescer... [?]

Ent: é inacreditável né?

Kar: é. É assim mesmo. Todo lugar tem preconceito, todo lugar tem discriminação, todo lugar vai ter alguma piadinha.

Ent: mas você acha que a pessoa que entrou na universidade pelas cotas, aí lá na universidade você acha que outras pessoas, que não entraram pelas cotas, podem achar que a pessoa... discriminar a pessoa?

Ped: acho que sim. Por que ela não, ela não teve o conhecimento, o conhecimento pela pessoa que passou pelas cotas... minha opinião.

Ent: aham. É... mas então, você acredita que pessoas beneficiadas pelas cotas, elas podem sofrer algum tipo de preconceito ou de discriminação?

Pri: sofrem.

Ent: sofrem?

Pri: sofrem.

Os três estudantes afirmam que há preconceito, Karla considera os beneficiários de cotas como bolsistas, e que sempre vai ter alguém para fazer alguma “piadinha”. Como se quem estivesse ali, por cotas ou por bolsa de estudos, na verdade não deveria estar. Para Pedro o preconceito se dá por que as pessoas julgam que quem entrou pelas cotas não teria o mesmo conhecimento – este é aliás um argumento muito utilizado pelos contrários às cotas, dizendo que isso vai prejudicar a qualidade na formação acadêmica, que preza pela excelência, ou que, estes estudantes não conseguiriam acompanhar o ritmo e cumprir as exigências do seu respectivo curso.

Priscila por sua vez se resume a dizer que as pessoas beneficiadas pelo sistema de cotas sofrem preconceito. No entanto a estudante fala um pouco mais sobre isso quando

responde à pergunta seguinte, sobre se as cotas raciais poderiam causar algum conflito entre os beneficiados e aqueles que não são beneficiados por essa política:

Ent: é... e você acha que essa política pode causar algum conflito entre as pessoas?
 Pri: sim. Por exemplo, a minha tia, o marido dela também faz faculdade na mesma sala que ela. Ele acha injusto o fato – e olha que é marido dela hein- Ele acha injusto o fato dela tirar mais nota que ele, ele pagando – veja bem como essa pessoa é perturbada – Ele pagando, toda vez que ela tira nota maior que ele, ele surta. Ele acha injusto o fato dele pagar e ela tá igual a ele. Entende?
 Ent: aham
 Pri: é uma questão familiar mas ao mesmo tempo eu acho que tem tipo essa injustiça de ele pensar que ele é melhor que ela pelo fato de ele estar pagando.

Priscila volta a dar como exemplo o caso de sua tia, onde novamente podemos ver um caso de uma bolsa de estudos, um desconto que a pessoa tem, e que quem paga se acha como tendo mais direito, ou por incrível que pareça, como se fosse mais inteligente, tendo que obrigatoriamente sempre ter uma nota maior. Podemos fazer uma analogia para o caso das cotas, onde muitas vezes quem não entrou pelo sistema de cotas se julga mais inteligente, ou tendo mais direito de estar ali.

Pedro e Karla também consideram que pode haver algum tipo de conflito. Pedro novamente fala da questão de quem não entrou por cotas não ter o mesmo conhecimento que as outras pessoas. O estudante não chega a defender isto diretamente, mas pela sua suposição ele parece acreditar que há realmente uma diferença de conhecimento entre os beneficiados e não beneficiados por cotas:

Ent: é... você acredita que as cotas raciais podem causar algum problema, algum conflito entre as pessoas que são beneficiadas e as que não são? Tipo, o cara entra lá por cotas, aí o outro que não entrou, ou então o cara não entrou na universidade por que o outro entrou pelas cotas... você acha que pode ter algum problema assim, as pessoas, terem algum desentendimento por causa disso?
 Ped: ah eu não sei né. As pessoas que, que não entraram pelas cotas né, elas não têm o... como eu falei primeiramente, elas não tem os mesmo conhecimento que a outra pessoa que entrou pelas cotas.
 Ent: uhum

Karla acredita que pode haver algum conflito, no entanto ela compreende isso de uma forma um pouco diferente. Ela fala mais na posição do aluno cotista que teria que lutar pelo seu direito se alguém tentasse impedi-lo de estar ali:

Ent: e essa pergunta já... o que você falou já dá certo com outra pergunta aqui. Que é se você acredita que as cotas raciais podem causar algum problema ou conflito entre os que são beneficiados e os que não são beneficiados?
 Kar: com certeza!
 Ent: com certeza?
 Kar: sem dúvida disso.
 Ent: mas o que você imagina que podia acontecer assim? De ter um que é beneficiado e o outro não, e o que que pode acontecer, na universidade mesmo?
 Kar: greve, revolta, manifestação. Já ia ser, entrada pra terceira guerra.
 Ent: (risos)

Kar: (risos)

Ent: mas ia ter algum problema?

Kar: com certeza. Pelo menos eu não ficaria quieta. Nem que fosse só eu, sozinha lá, gritando lá, mas ia, ia ter alguma coisa. Até por que todo mundo tem... o direito ele é para todos. Tipo assim, você tá aqui estudando, você já tá lá, você já tá dentro da universidade e tal. Vixe... eu preciso do dinheiro pra poder me manter, eu tô estudando pra conseguir um emprego. Aí vem alguém, um bacaninha lá: “Não você não vai não” que não sei o que. Eu tenho que fazer alguma coisa, eu vou virar pedreiro, vou virar balconista de padaria? Não quero, quero estudar, por que eu tô aqui, por que eu posso, eu tenho capacidade de aprender, de ir, eu quero ir e ver como vai ser...

Karla volta a enfatizar a necessidade de estudar para conseguir um bom emprego, pois precisa do dinheiro para se manter, e se “algum bacaninha” falar que ela não pode estudar, ela vai ter que fazer alguma coisa, pois não quer trabalhar em profissões como pedreiro e balconista. Karla percebe o acesso a uma instituição de ensino superior como uma possibilidade de ascensão social.

Na parte final da entrevista, foi discutido a opinião dos estudantes de escolas públicas e escolas particulares em relação ao sistema de cotas. Foi perguntado aos estudantes se eles consideravam isso – estudar em escola pública ou particular – como fator que influencia na opinião.

Por uma questão de horário, Pedro teve que sair um pouco antes do final da entrevista, e como esse era o último tópico a ser abordado, não foi possível fazer essa discussão com o estudante. Já entre Priscila e Karla, tivemos opiniões divergentes: Enquanto Priscila acredita que os estudantes de escola pública e escola particular pensam de modo diferente, sendo que os estudantes de escola particular tendem a achar mais injusto o sistema de cotas, Karla acredita que a opinião é uma questão subjetiva, e não seria influenciada pela escola que a pessoa estuda, ou se ela é negra ou branca. Karla afirma que o conhecimento sobre o tema é mais importante, de modo que se a pessoa entende do que se trata, ela vai aceitar.

Vejamos primeiro o trecho da entrevista com Priscila:

Ent: você acha que tem uma opinião diferente dos alunos de escola pública e dos alunos de escolas particulares?

Pri: tem

Ent: sobre cotas?

Pri: tem.

Ent: você acha, que qual é a tendência, assim?

Pri: eu acho que no colégio público eu vejo mais pessoas negras.

Ent: uhum

Pri: e por isso as pessoas aceitam mais.

Ent: uhum.

Pri: colégio particular, não sei. Pode ser uma coisa da minha cabeça, mas como tem pessoas brancas, tem mais pessoas brancas, elas já acham mais injusto, já acham que “ah, num sei, num deve ter assim, por que todo mundo tem a mesma capacidade” elas já pensam dessa maneira.

Ent: aham. Então tem uma questão racial também nessa opinião também?

Pri: tem.

Ent: e social também no caso?

Pri: social também. Por que eu duvido que uma pessoa do colégio particular, ela pense da mesma maneira de uma pessoa da pública. Por que ela recebe mais educação, ela é mais bem... sabe, ela, ela recebe mais carga sobre isso, ela tem mais conteúdo, ela tem mais.... capacidade de se sair bem em uma prova do que uma do colégio público. Que o ensino é pior. Então eu acho que, por isso que a cota deve ser válida, tanto a social quanto a racial.

Ent: uhum

Pri: deve ser válido, por que querendo ou não, eles são prejudicados. Tantos os alunos do colégio público quanto os negros, por que sofrem preconceito. [...] No colégio particular as pessoas não ligam muito umas pras outras, só sabem, querem saber de si. Ano passado eu estudava em colégio particular e eu consigo perceber uma certa diferença. Tanto na educação e tanto na maneira das pessoas pensar.

Priscila acredita que há uma divergência de opinião entre alunos de escolas públicas e escolas particulares em relação ao sistema de cotas. Para ela, existem mais estudantes negros na escola pública, - que podem ser beneficiados pelas cotas- e por esse motivo, aceitam mais, enquanto que na escola particular existem mais pessoas brancas, que tenderiam a achar injusto, defendendo a idéia de que todos são capazes.

Priscila acredita que existe tanto um elemento racial quanto um elemento social que influenciam na opinião dos estudantes. A estudante também fala no desequilíbrio que existe entre escolas públicas e particulares no que se refere à qualidade do ensino e afirma que os estudantes de escolas particulares têm um ensino de melhor qualidade e por isso estão mais preparados para se sair bem em uma prova, um vestibular, do que os estudantes de escolas públicas.

Por esse motivo – a diferença na qualidade do ensino – e também pelo fato de os negros serem discriminados, Priscila considera que o sistema de cotas é válido, pois, em sua opinião, tanto os alunos de escolas públicas quanto os negros são prejudicados. É bom destacar que, apesar de ser branca –não podendo ser beneficiada pelas cotas, o que até contradiz sua opinião de que pessoas brancas acham injusto – e de considerar um sistema falho, Priscila considera o sistema de cotas válido, ou justificável. Além disso, mesmo estudando em escola pública, e portanto não tendo um ensino de melhor qualidade, a estudante em nenhum momento diz se sentir prejudicada ou incomodada pelo fato de estudantes de escola pública como ela, pelo fato de serem negros, terem um benefício, ou uma possibilidade a mais que ela não pode ter.

Karla não compartilha da mesma opinião que Priscila:

Ent: é... conflito a gente já falou tudo... É... ah... uma outra pergunta: Você acredita que tem uma diferença de opinião, entre alunos de escola pública e particular sobre cotas? Ou não tem nada a ver?

Kar: ah... acho que não...

Ent: você acha que depende mais da pessoa?

Kar: é. Depende mais da pessoa. Por que... se, oh, eu tenho uma tia que ela criou o meu primo muito... é muito chato véi... ela...

Ent: hum

Kar: fala que pobre, pobre é pobre, e rico é rico, lugar de rico é rico e lugar de pobre...

Ent: vixe

Kar:: foi criado assim entendeu? Falei assim: Mas tia, a senhora tem um pensamento tão podre que dá vontade de... meu Deus do céu! E parece que quanto mais a pessoa pensa assim, mais cabeça dura ela é...

Ent: cabeça dura

Kar: quanto mais ela fala é, uh não sei o que. Vai morrer seca aquela velhinha ali. Por que Deus me livre! [?] Eu não vou falar que não existem pessoas que são assim por que existem, eu tenho uma tia que é assim! Existem sim. Mas, eu acho que os jovens, eles têm muita, eles tão muito interligados, tem muita coisa na internet, toda hora eu vejo, tô no facebook vejo. Aquele negócio que aconteceu com a Taís Araújo mesmo

Ent: uhum

Kar: toda hora tava na televisão, e tal, esse negócio de cultura... e os jovens eles tão muito interligados nesse mundo. E tão sabendo muito rápido das coisas.

Ent: aham

Kar: então eu acho que não existiria... por que todo mundo ia, ia aceitar entendeu? Por que... a partir dessa comunicação a gente sabe a necessidade dos outros.

Ent: uhum. Então... e em relação à pessoa ser branca ou negra, ou parda. Você acha que muda na opinião dela? Em relação a esse tema?

Kar:: acho que não.

Ent: também não?

Kar: não. Por que... é como eu te falei. Oh... tem que conhecer, conhecimento.

Ent: uhum

Kar: se você tá por dentro, você vai ter uma noção mais ou menos do que tá acontecendo. Só se você for ruim mesmo! Ruim mesmo, de ruindade, da própria pessoa assim, de ser ruim, aí...

Karla tem uma opinião curiosa: a estudante acredita que se as pessoas tiverem mais conhecimento, se elas estiverem informadas do que está acontecendo, no caso, como funciona o sistema de cotas, elas irão aceitar.

Na visão de Karla, o importante é ter o conhecimento: *“se você tá por dentro, você vai ter uma noção mais ou menos do que tá acontecendo. Só se você for ruim mesmo! [...]”* Ao mesmo tempo em que fala do conhecimento, Karla também considera que a opinião depende da pessoa, e cita um exemplo de uma tia. No entanto, ela acredita que devido às múltiplas redes sociais e ao acesso rápido à informação que a internet oferece, os jovens de hoje em dia estão mais interligados, e por isso, parece considerar que, se os jovens estão mais interligados, estão tendo acesso a toda informação simultaneamente, eles estão entendendo mais, tendo conhecimento das coisas que acontecem, então eles caminhariam para uma espécie de consenso: *“então eu acho que não existiria... por que todo mundo ia, ia aceitar entendeu?”*

Nesta seção foi possível apresentar as diversas percepções dos estudantes de escola pública entrevistados, em relação ao sistema de cotas raciais. Na seção seguinte apresentamos

as percepções das estudantes de escola particular entrevistadas, em relação ao sistema de cotas.

5. 2 Percepção das estudantes de escola particular em relação ao sistema de cotas

Essa seção se intitula “Percepção das estudantes”, por que, assim como na escola pública, foram realizadas 3 entrevistas semi-estruturadas, porém, todas com alunas. O questionamento inicial feito às alunas foi em relação ao que elas entendiam por sistema de cotas. Júlia, aluna branca, entende como *“uma forma de combate a certos preconceitos, primeiramente raciais”*. Ao falar o que seria o sistema de cotas, Júlia já aponta uma função ou um objetivo dessa política, enquanto que Daniele, aluna parda, considera como um tema gerador de conflitos:

Ent: o que você entende por sistema de cotas?

Dan: acho que é mais um conflito entre os que concordam e os que não concordam. Quando surge o assunto a maioria vai contra

A estudante também já adianta a sua opinião de que a maioria das pessoas é contra esse tipo de medida.

Maria, aluna negra, responde da seguinte forma:

Ent: o que você entende por sistema de cotas? Qual a primeira coisa que vem à sua mente?

Mar: O que vem à minha mente? Parece sistema de contagem. Uma regra, uma coisa assim. Parece... sistema de cotas como se fosse uma divisão.... é uma contagem, uma divisão, uma coisa tem que ser regradada.

Maria demonstra ter uma noção do que se trata, quando fala em divisão, uma contagem, “uma coisa que tem que ser regradada”, chega próximo da idéia de reserva de vagas. A estudante afirma que não ouve falar desse tema no seu dia- a-dia , com exceção de alguns momentos na escola: *“Eu só escuto quando é prova, essas coisas na escola. Mas assim, quando é no dia- a- dia, em casa, não ouço, só ouço quando estou dentro da escola.”*

Maria também afirma que não considera um tema muito debatido na sociedade. Para a aluna, como ela não tem convívio com pessoas que falem sobre isso, considera um tema “desnecessário”: *“eu acho meio desnecessário. Eu não acho tão polêmico”*. Maria coloca desde o início sua posição contrária ao sistema de cotas, e diz que não acha tão polêmico, depois de o entrevistador ter dito que este é um tema um tanto quanto polêmico.

É possível que a estudante considere o tema como “desnecessário” no sentido de que não tem convívio com pessoas que falem sobre o tema, e também por sua posição contrária,

não é um tema que faz parte do seu cotidiano. A estudante pode considerar que o tema não é polêmico devido a ter uma posição contrária bem definida em relação às cotas raciais.

Júlia por sua vez, considera que o tema é debatido na sociedade, porém, assim como Maria, diz que ouve falar mais sobre o tema na escola, nas disciplinas de humanas:

Ent: você ouve falar desse tema no seu dia- a dia? Considera um tema muito debatido na sociedade?

Jul: até que sim. Nas aulas de humanas. Mais na escola, fora da escola não”

Daniele não considera que o tema seja debatido o suficiente na sociedade: *“Por que é raro eu ouvir ser discutido, ou surgir um assunto que eu dê minha opinião.”* Em relação ao colégio, afirma que o tema é debatido, o que é uma unanimidade entre as três alunas, que deixam claro que é um tema que faz parte das aulas em sua escola.

Já que as alunas disseram que é um tema abordado na escola, questionamos se o tema era debatido na escola pelos professores e se também era debatido entre os estudantes, e qual seria a opinião dos seus colegas. As três alunas afirmaram que os alunos por si só não ficam debatendo este tipo de tema, a não ser em sala de aula, quando o professor traz o tema para discussão:

Ent: este é um tema que é debatido na escola pelos professores ou entre seus colegas?

Dan: não é muito debatido não. Só quando o professor chega e apresenta o tema. É mais assim, a partir da sala de aula.

Jul: Na aula. Durante e depois da aula debatem

Mar: Meu professor de redação já debateu isso. Ah, a gente fala mais de coisas banais, a gente fala mais na aula, quando tem alguma atividade. Mas assim, falar, pra comentar, eu não falo não.

Com relação à opinião do colegas, Daniele acredita que a maioria é contrária ao sistema de cotas *“se eu não me engano tava sendo discutido esses dias. Do negro ter até condições, e tomar a vaga. De escola pública, que já é bem dividida. Eles acham que não deveriam ter raciais, e que as cotas públicas são muito altas, favorece muito eles”*

Daniele afirma com base no seu convívio na escola, que a maioria dos seus colegas considera que não deveria ter cotas raciais, pois já tem a cota para escola pública, que também é considerada muito alta, o que desfavorece os estudantes de escola particular.

A estudante cita a possibilidade de estudantes negros que teriam condições, e poderiam entrar na universidade sem as cotas tomarem a vaga de um estudante que realmente precisasse. Este é um questionamento que costuma ser feito em relação ao sistema de cotas: a argumentação de que existem negros com boas condições, assim como existem pobres

brancos, e estes seriam os mais prejudicados pelas cotas. Existem muitas discussões em torno deste argumento, no entanto, desde os estudos de Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, vem sendo amplamente demonstrado a desvantagem dos negros em relação aos brancos de mesma origem social. Hasenbalg (1979) apresenta dados que mostram uma tendência consistente de os negros atingirem menos anos de educação que os brancos da mesma origem social.

No que se refere à informação que é dada pela escola sobre o funcionamento do sistema de cotas, ou sobre o que o aluno tem que fazer para utilizá-lo, as estudantes disseram que não sabem muito bem sobre o funcionamento, pois não lembram de terem tido uma explicação específica a respeito. Maria diz que os professores focam mais nos exercícios e provas para o vestibular, e falam um pouco sobre a inscrição, no entanto não explicam especificamente sobre cotas: *“Na minha não. Eles dão uma idéia de como fazer inscrição, como entrar na UnB, mas não aprofundam, eles falam por alto. Eles dão mais ênfase no dever, nas provas.”*.

Com relação ao que as estudantes sabem a respeito do sistema de cotas nos dias de hoje, e como fazem para se informar sobre esse tema, se é que procuram se informar, pois também foi perguntado se consideram um tema que interessa ou seja relevante para elas.

Júlia diz que é um tema que interessa, e que é um tema relevante, *“ainda mais que tem muitas opiniões divergentes”*. A estudante diz se informar geralmente pela Internet e através dos professores. Daniele considera um tema importante, mas que ela não procura se informar muito a respeito, e a informação que tem é pelos debates em sala de aula:

Ent: o que você sabe sobre a política de cotas nos dias de hoje?

Dan: pela totalidade do assunto, acho que eu sei bem pouco. Eu entendo assim... mas não sei explicar...

Ent: e como você se informa sobre esse tema?

Dan: mais pelos debates em sala de aula mesmo. Por que pra procurar saber, acho que as pessoas não têm tanto interesse. Falando de mim. É um tema importante, mas não procuro me informar direito.

Maria também diz que quem fala sobre cotas para ela são os professores, e que ela também já perguntou para a sua mãe. A estudante diz que o que sabe sobre as cotas é que: *“Eles falam que é sempre a cotação sobre quantos negros ou deficientes podem entrar nos lugares.”*. Maria diz que este não é um tema que tenha interesse, pois, para ela especificamente, não considera relevante, apesar de ser negra, conseqüentemente podendo ser beneficiada por essa política: *“Eu não me interesso, eu acho desnecessário”*.

Quando questionadas sobre por que achavam que o sistema de cotas tinha sido criado, as respostas das alunas variaram um pouco, mas carregam uma noção de benefício ou ajuda para os negros. Júlia fala d

o preconceito sofrido pelos negros e da necessidade de equilibrar o número de negros e brancos na universidade: “*Uns 78% são brancos na universidade. É pra tentar equilibrar isso*”. A estudante acrescenta mais adiante: “*Volta no que eu falei. Tipo, tem uma diferença muito grande. Visando uma certa igualdade. Tem muito preconceito, bullying, visando melhorar isso.*”

Júlia não dá um número exato, mas utiliza-se de uma expressão para afirmar que os brancos são ampla maioria nas universidades, e apresenta dois importantes argumentos utilizados para justificar o sistema de cotas: a sub-representação dos negros no ensino superior, e o preconceito de que são alvos.

A estudante Daniele também fala do preconceito e no combate às desigualdades, enquanto que Maria fala que é uma ajuda, mas considera que “*é como se tivesse dando de brinde a vaga. Se as pessoas vão estudar, então devia ter cotas de branco.*”.

O comentário de Maria carrega uma idéia muito recorrente: de que as pessoas que entram na universidade por cotas são “colocadas” como se não tivessem mérito algum para estar ali. Na opinião da estudante, o próprio sistema de cotas faz um preconceito, ao separar brancos e negros. Esse é um argumento que também vimos nas entrevistas com os alunos de escola pública, e é um dos argumentos principais utilizados pelos críticos do sistema de cotas raciais.

Maria utiliza cadeira de rodas, e diz concordar com cotas para pessoas com deficiência, porém não concorda quando se trata da cor de sua pele:

Ent: o que você pensa a respeito dessa política?

Mar: olha, sinceramente, não sei se é por influência da minha mãe, que também não gosta. Eu acho que tá fazendo um preconceito. Se o branco e o negro são iguais, por que tem um tanto para negros e para brancos não? Eu não sou a favor não. Eu como também sou deficiente, tem cotas pra deficientes né?

Ent: aham

Mar: por esse lado eu concordo. Mas por causa da minha cor não

Diferentemente de Maria, Daniele e Júlia têm uma visão mais favorável em relação às cotas raciais, - e a cotas de um modo geral, considerando também as cotas sociais- apesar de terem as suas ressalvas:

Ent: qual é a sua opinião em relação ao sistema de cotas?

Dan: eu acho que é positivo. Mas acho que deveria sim ter algo melhor que as cotas.

Jul: eu acho interessante. Mas eu sou de escola particular, também tenho que ver o meu ponto de vista também. Fica cada vez mais acirrado. Mas pela diferença nos conteúdos, acho interessante sim. Se não eles não teriam quase oportunidade. Pelo conteúdo cobrado nos vestibulares.

Daniele encara as cotas raciais como algo positivo, embora não seja, em sua opinião, a medida ideal, enquanto que Júlia considera que é algo importante, mas se refere ao fato de que com as cotas raciais e também as cotas para estudantes de escolas públicas, fica mais difícil para estudantes de escolas particulares como ela entrarem na universidade. Apesar dessa ressalva, a estudante reafirma a importância das cotas.

As alunas Maria e Daniele – negra e parda respectivamente – acreditam que possam ser beneficiadas pelo sistema de cotas, enquanto que Júlia, branca, considera que não. Maria diz considerar que pode entrar por cotas raciais – além de poder entrar pela cotas para pessoas com deficiência- porém não se sente feliz com isso:

Mar: eu acho que posso ser. Mas eu não me sinto feliz por isso, mas vai me beneficiar. Eu me sinto menor quando digo que vou entrar por cotas, mas também considero que posso entrar por elas.

Ent: mas você não tem que se sentir menor por entrar por algum tipo de cotas, é um direito seu.

Mar: eu sei, mas mesmo assim, eu me sinto assim. É tipo um direito meu, que eu acabo não gostando. Eu acabo não gostando por não gostar das cotas.

Maria tem uma clara rejeição à idéia de cotas, mas parece que esta rejeição é mais acentuada quando ela imagina a si própria sendo beneficiada, neste caso, a rejeição é maior do que em relação a outras pessoas serem beneficiadas. Como ela já falou, a sua posição contrária às cotas é influenciada pela sua mãe, que também é contra.

Foi perguntado às alunas, se elas conheciam alguém que já entrou em uma universidade através das cotas. Júlia disse não conhecer ninguém, enquanto que Daniele diz que tem uma conhecida que ela acredita ter entrado e que está fazendo o curso no momento. Já Maria, acredita que até pode conhecer, mas as pessoas não falam que entraram por cotas: *“É por que as pessoas falam. Mas elas não falam que entraram por cotas ou não. Meu primo tá fazendo vestibular, se ele passa, ela vai falar que entrou na UnB, ele não vai falar que entrou por cotas. Só se você perguntar. Às vezes nem fala.”*

Maria acredita que muitas vezes a própria pessoa que entrou através do sistema de cotas tem vergonha de dizer. Pode até ser que não sinta vergonha por isso, mas pode ter medo do preconceito: *“eu acho que tem muito preconceito, não só por parte das outras pessoas, mas das que são beneficiadas também. Por que elas têm vergonha de falar que entraram por cotas. Às vezes não se acha inferior, mas tem vergonha de falar.”*

Esta pergunta já leva ao questionamento sobre o preconceito em relação às pessoas beneficiadas, tanto é que Maria já fala que existe preconceito, essa “vergonha de falar” das pessoas só pode ser atribuída ao preconceito que existe em relação aos estudantes cotistas:

Ent: você acredita que pessoas beneficiadas pelas cotas podem sofrer algum tipo de preconceito ou discriminação?

Mar: sim. Por que eu já vi várias vezes. Não da minha família, mas conhecidos, e que pessoas dizem que as pessoas falam: Ah, você entrou por cotas?

Em sua fala Maria mostra que, o preconceito já existe quando as pessoas vão perguntar, ou quando ficam sabendo, o “ah, você entrou por cotas?” já carrega um tom pejorativo, de julgamento. É por esse motivo que a estudante diz que as pessoas acabam não falando se entraram ou não através de cotas.

Júlia e Daniele também acreditam que existe muito preconceito. Para Júlia as pessoas beneficiadas sofrem preconceito, por que muitos acreditam que ela estão ali tirando o lugar de outras pessoas. Para Daniele há um questionamento da capacidade, do mérito da pessoa estar ali:

Ent: você acredita que pessoas beneficiadas pelas cotas podem sofrer algum tipo de preconceito ou discriminação?

Dan: Sim, bastante. Igual eu tava falando... acho que as pessoas duvidam de quem entrou por cotas. Da capacidade. Acho que é algo bastante comum, principalmente na universidade. Não sei como é o convívio.

Daniele considera que as pessoas duvidam do conhecimento dos cotistas, como se houvesse uma diferença entre cotistas e não- cotistas, e os que não entraram por cotas fossem mais inteligentes ou merecessem mais estar ali. Essa percepção era a mesma apontada por Pedro, da Escola 1, como um dos motivos do preconceito das pessoas. Daniele também acredita que este preconceito não só existe como é algo recorrente, algo que acontece sempre na universidade.

Quando questionadas o que achavam sobre qual seria a opinião majoritária na sociedade em relação à política de cotas, as estudantes apresentaram uma percepção muito semelhante: embora considerem ser uma tema em que não há um consenso, acreditam que a maioria das pessoas é contra. Vejamos as respostas das três alunas:

Jul: é bem dividido. Geralmente quem pode ser beneficiado apoia. Mas eu acho que são mais contrárias, por que a minoria que é beneficiada

Dan: acho que é bem dividido. Por que a maioria das pessoas que não tem tanta informação é contra. E tem as que são beneficiadas.

Mar: eu acho que a maioria é contra. Eu acho que assim, uma pessoa que é mais por dentro do assunto vai achar a favor, e quem não tem conhecimento, vai achar que é um preconceito. Eu acho que quem sabe mais são estudantes, pessoas que fazem provas, então, como a maioria não é estudante, não gostam de estudar, não sabem, são contra.

Podemos notar muitos pontos em comum nas respostas: Júlia e Daniele consideram algo bem dividido e que quem pode ser beneficiado é favor, enquanto que Daniele e Maria

compartilham da mesma opinião de que quem não tem tanto conhecimento sobre o assunto é contra, e conseqüentemente, quem “é mais por dentro do assunto” vai ser a favor. Esta, aliás, é exatamente a mesma percepção de Karla, da Escola 1.

Foi discutido sobre quais seriam os pontos positivos e negativos do sistema de cotas, assim como se as cotas deveriam ser uma política permanente ou temporária. Maria, que é contrária ao sistema de cotas, diz não ver muitos pontos positivos, justamente pela opinião que tem:

Ent: em sua opinião, quais seriam os pontos positivos e negativos com relação ao sistema de cotas?

Mar: os pontos positivos pode ser que entrem mais negros nas universidades, pode ser que se interessem mais por entrar na universidade. Como eu sou contra, acho que não tem tanto ponto positivo, acho que tem mais negativo. Por que eu acho que pode ser uma discriminação. Meu amigo se sentiu discriminado, por ter que responder se ele se considerava negro. Acho que pode fazer uma competição

Ent: entre as pessoas?

Mar: é. É uma forma de competição. Vai formar tipo uma rivalidade.

Maria vê como pontos positivos o fato de mais negros entrarem nas universidades, e que a própria existência do sistema de cotas, como uma possibilidade a mais, seja um estímulo para que pessoas que possam ser beneficiadas se interessem mais para tentar na universidade. Os pontos negativos, são a discriminação que Maria acredita ter, na separação entre raças – ela dá o exemplo do amigo, que mostra um incômodo em se identificar em uma raça ou cor – e o fato de poder surgir uma rivalidade entre as pessoas. Maria antecipa o que seria a pergunta seguinte: sobre a possibilidade de haver um conflito entre as pessoas beneficiadas e as que não são beneficiadas pelo sistema de cotas.

Quando questionada se esta deveria ser uma política temporária ou permanente, Maria faz críticas à “falta de resultados”: *“Eu acho que devia já ter algum resultado. Pode ser que eu esteja enganada, mas eu não vejo resultados.”* O entrevistador fala que é uma política que passou a ser adotada recentemente, e que resultados mais visíveis não poderiam ser vistos em um tempo tão curto, ao que a aluna responde: *“Vamos esperar pra ver. Vamos ver se vai dar resultado. Por que pra mim, até agora... como você falou que é recente, ainda não dá pra ver. Mas se der resultado, deve ficar, agora se não mudar, não adianta.”*

Nesse ponto Maria nos mostra uma novidade em seu pensamento. Se durante toda a entrevista ela se diz contrária às cotas, neste momento ela coloca uma condição: esperar se vai ter resultado ou não. Se tiver resultado – resultado positivo – deve ficar. Ou seja, embora seja crítica e descrente em relação ao sistema de cotas, Maria afirma que se surgirem resultados positivos, ele deve se transformar em uma política permanente.

Esta é a mesma linha de raciocínio seguida por Karla, da Escola 1, que condiciona a permanência do sistema de cotas aos resultados. Com a diferença que, enquanto Karla considera que se tiver resultados esse sistema deve ser mantido, e se não tiver, deve ser fortalecido; enquanto que para Maria, se surgirem resultados positivos deve ser mantido, porém, do contrário, seria a confirmação de que não é uma boa idéia: “não adianta”, logo, teria que ser abandonado.

Júlia e Daniele consideram que essa deve ser uma política permanente – mesmo que não considerem ideal – até que chegue em um ponto em que não seja mais necessária. Daniele afirma que: *“Acho que deveria ser permanente, a não ser que no futuro, tenha um desenvolvimento nas escolas públicas, que as pessoas não precisem de um benefício. Se os negros tiverem as mesmas condições, acho que não vai ser mais necessário cotas.”*

Essa é uma percepção semelhante à de Priscila da Escola1, que embora considere o sistema de cotas um sistema falho, afirma que ele não poderia deixar de existir no momento, pois sem ele, ficaria ainda mais difícil, e muitas pessoas seriam prejudicadas, devendo, portanto permanecer até que surja um sistema melhor.

Para Daniele, os pontos positivos são a oportunidade de as pessoas estudarem e de ter mais igualdade. Júlia está falando em igualdade, quando fala em “equilibrar isso” – a discrepância entre o número de brancos e de negros no ensino superior. A possibilidade de mais negros entrarem na universidade é um ponto positivo apontado pelas três alunas entrevistadas na Escola 2, e também está presente no discurso de Karla e Priscila, entrevistadas na Escola 1.

Como ponto negativo, Júlia se refere à possibilidade de *“você tirar uma nota boa, e acabar não entrando por causa das cotas”* e Daniele se refere à possibilidade de um negro ter condições de entrar sem as cotas, e acabar por “tomar” a vaga de alguém. Porém, a própria estudante também comenta que *“o intuito é ter o equilíbrio de negros na universidade, que não tem.”*

As três alunas acreditam que as cotas raciais podem causar algum problema ou conflito entre as pessoas não beneficiadas e pessoas beneficiadas por essa política:

Jul: sim. Conflito, com certeza. Pela falta de tolerância atualmente. Acho que tem gente que se encontra qualquer negro na universidade, pode rolar algum preconceito, não merecia estar, como se fosse por dó, bem vulgar falando. A pessoa pensar em si e não olhar o lado do outro.

Dan: acho que sim. Por que as pessoas que são contra, a maioria não concorda justamente com esse benefício.

Mar: conflito? Pode, claro que pode. Pode formar aquele grupinho das pessoas por cotas e as sem cotas. Podem te zoar, ficar dividido a faculdade. Muita gente acha que: “você tá aqui não por que você é inteligente, é por causa de cota”.

As opiniões das alunas variam um pouco, mas convergem no sentido de no ambiente universitário haver alguma tensão ou as pessoas poderem ser constrangidas, ou haver alguma segregação: “ficar dividido a faculdade”.

Na discussão sobre cotas sociais e cotas raciais, a opinião das três alunas foi mais favorável às primeiras. Maria disse que acha as duas parecidas, praticamente iguais e que em sua opinião *“a maioria das pessoas beneficiadas nessas cotas são negras também”*, todavia, considera a cota social melhor, por também beneficiar *“pessoas brancas pobres”*.

Júlia considera que há uma diferença entre esses dois tipos de cotas: *“Uma é mais pelo preconceito. Os outros prejudicados pela falta de material, greves...”*. Assim como nas entrevistas na Escola 1, também foi feita uma breve explicação sobre a Lei 12.711/12 – lei das cotas no ensino superior – e devido ao fato de existir o percentual reservado para pretos, pardos e indígenas (PPI) dentro dos 50% de vagas reservadas para os estudantes que cursaram todo o ensino médio na rede pública, Júlia afirma que: *“Como você falou. Tem cota racial dentro da social. Então acho que dá no mesmo”*

A estudante fala isso no sentido de que com essa nova lei, “dá no mesmo”, e não seria mais necessário haver uma cota racial, e por esse motivo, considera este modelo melhor, pois *“os alunos de escola pública não têm todo o conteúdo proposto na matriz curricular, tem greves, e eles acabam sendo prejudicados.”*

Daniele considera que as cotas sociais são para combater as desigualdades na escola pública: *“Eles não terão a mesma oportunidade que temos na escola particular. Não tem a ver com capacidade, mas oportunidade.”*. Daniele compartilha da mesma opinião que Priscila, da Escola 1, que afirma que os alunos de escola particular recebem um ensino de melhor qualidade, e como os alunos de escola pública são prejudicados por não ter o mesmo preparo, as cotas sociais seriam válidas.

Para Daniele, as cotas sociais seriam melhores por que são mais abrangentes:

Ent: você vê alguma diferença entre cotas raciais e cotas sociais?

Dan: acho que sim. Tem alguma diferença... mas...

Ent: tem uma diferença mas não tanto assim?

Dan: é mais ou menos isso. Isso aí mesmo

Ent: mas você acha que uma é melhor que a outra?

Dan: sim. Acho que a das escolas públicas acaba sendo melhor. Por que além de ser maior... as pessoas tem mais oportunidade de receber esse benefício.

Daniele considera que há uma diferença, mas ao mesmo tempo não acha que seja tão diferente. No entanto, considera que mais pessoas podem ser beneficiadas pelas cotas sociais. Quando a aluna fala em “ser maior” e que “pessoas tem mais oportunidades”, ela provavelmente se refere ao fato de às cotas sociais não serem restritas à pessoas negras, voltando aquele argumento de beneficiar tanto negros quanto brancos pobres, também defendido por Maria.

Na parte final da entrevista, foi perguntado às estudantes se elas consideram haver uma diferença na opinião sobre o sistema de cotas entre alunos de escolas públicas e alunos de escolas particulares. As três estudantes responderam que há sim uma diferença. Júlia considera que por mais que a pessoa tente ser imparcial, *“no fundo ela responde pela sua vivência, por que ela acha que tem direito”*. Desse modo, a estudante considera que quem pode ser beneficiado geralmente é a favor, e aqueles que não são beneficiados se sentem “prejudicados”.

Como ela mesmo já havia falado, que como estudante de escola particular *“tenho que ver o meu ponto de vista”*, e não pode ignorar o fato de que devido às cotas sociais e raciais, fica cada vez mais difícil a disputa no vestibular. Júlia nem é contrária ao sistema de cotas, mas pela sua fala, deixa a entender que a maioria de seus colegas é.

Daniele afirma que a maioria de seus colegas é contrária e que: *“a maioria dos que são beneficiados não vão reclamar, e quem não é beneficiado discorda. Mas tem muitos que não são beneficiados e defendem. Mas tem essa tendência sim.”* Tanto existem os que não são beneficiados que defendem e os que são beneficiados que não defendem, que as alunas entrevistadas são um exemplo disso: Júlia é branca, e é a favor das cotas raciais, enquanto que Maria é negra, e tem uma opinião contrária. Pedro, da Escola 1, também é negro e não gosta da idéia de reserva de vagas de acordo com critério raciais, enquanto que Priscila é branca, e apesar de ter suas críticas ao sistema de cotas, considera válidas as cotas raciais e sociais.

Assim como Júlia e Daniele, Maria também acredita que há uma diferença de opinião entre alunos de escolas públicas e particulares: *“Pode ter não muito, mas tem”*. Maria fala do foco das escolas particulares em aprovar os seus alunos na universidade pública, enquanto que na escola pública, *“não falam tanto sobre PAS, UnB. Por isso que eu falo que tem que ter maior investimento na educação.”*

Maria apresenta um dos argumentos mais utilizados entre aqueles que são críticos do sistema de cotas: O argumento de que o que resolveria as desigualdades seria o investimento pesado em educação. Para Maria, *“o governo colocou essa coisa de cotas pra iludir, pra*

suprir uma demanda. Se as pessoas tivessem a mesma educação na pública, não teria essa coisa de cotas, e das pessoas serem a favor ou contra”.

A estudante ainda reconhece que os alunos de escola particular tem um melhor preparo do que os de escola pública, que não teriam as mesmas oportunidades. No entanto, ela cita isso para defender que de qualquer forma há uma defasagem, e que as cotas não resolveriam isso: *“Por esse ponto as cotas poderia ser bom. Mas do mesmo jeito, não resolve, ele não teve uma boa educação de todo jeito.”.*

Maria quer dizer que aqueles que entram pela cotas, mas não têm uma boa formação, estariam prejudicados de qualquer forma, mas também argumenta que é preciso investir em ensino de qualidade, pois muitos não têm nem a condição de tentar entrar em uma universidade:

“Mas oh, pensa comigo. Se você não melhorar o ensino, se ela não tiver educação e o interesse ela vai querer entrar na universidade? Com cota ou não? Aí não tem material, não teve educação necessária. Aí, você vai pensar que não faz diferença, não vai querer faculdade, não vai ter interesse.”

Nesta seção pudemos apresentar as percepções das alunas de escola particular entrevistadas, em relação ao sistema de cotas raciais, como já havia sido feito com os alunos de escola pública.

Na seção seguinte, é feita a análise das entrevistas como um todo, a partir de uma perspectiva comparativa entre as percepções dos estudantes entrevistados nas duas escolas, com ênfase na análise das hipóteses propostas.

5. 3: Percepções dos estudantes de ensino médio em relação ao sistema de cotas raciais: Uma análise

Inicialmente, tínhamos algumas questões centrais a serem respondidas a partir da realização das entrevistas: 1) Qual a visão dos estudantes do ensino médio em relação ao sistema de cotas raciais? 2) Existe uma grande contraste entre a percepção dos estudantes de escolas públicas e a percepção dos estudantes de escolas particulares sobre essa política? e 3) Qual o conhecimento dos estudantes sobre essa política da cotas raciais? De que modo eles se informam a respeito deste assunto? A partir destes questionamentos, foram propostas algumas hipóteses para análise.

O que podemos perceber nas entrevistas realizadas, é que não existe um consenso nem entre os alunos da escola pública (Escola 1), bem como não há um consenso entre as alunas

da escola particular (Escola 2). Desse modo, encontramos tanto opiniões favoráveis quanto opiniões contrárias ao sistema de cotas raciais em ambas as escolas.

Com relação à hipótese de que existe uma crença de que a política de cotas prejudica as chances de quem não é beneficiado por essa política, essa percepção só apareceu de um modo indireto, pois, dos seis estudantes entrevistados, quatro se colocaram de modo favorável a essa política: Karla e Priscila da Escola 1, e Júlia e Daniele da Escola 2, apesar das três últimas também terem suas críticas em relação ao sistema de cotas.

Apesar de Priscila e Daniele não considerarem o sistema de cotas como algo ideal – Priscila considera “um sistema falho” e Daniele “*eu acho que é positivo. Mas acho que deveria sim ter algo melhor que as cotas*”, as estudantes afirmam que a política deve ser mantida – Para Priscila de modo temporário e para Daniele de modo permanente – e não utilizam o argumento de que as cotas prejudicam quem não se encaixa no perfil para ser beneficiado.

Júlia também defende que a política seja permanente, e apenas em um momento afirma que com as cotas raciais e as cotas para estudantes de escolas públicas, “fica cada vez mais acirrado” para estudantes de escola particular e brancos como ela passarem no vestibular. No entanto, a estudante defende a importância tanto das cotas raciais como sociais, e não chega a utilizar o argumento de que se sente prejudicada, ela apenas afirmar que pode se tornar mais difícil para passar no vestibular, mas mesmo assim, afirma: “acho interessante”.

Essa hipótese aparece de modo indireto pela fala das alunas da Escola 2 de que acreditam que a maioria dos colegas seja contra o sistema de cotas, como vimos na fala de Daniele: “*Eles acham que não deveriam ter raciais. E que as cotas públicas são muito altas, favorece muito eles*”.

É interessante observarmos que, apesar das estudantes demonstrarem ser mais a favor do que contrárias ao sistema de cotas, consideram que seus colegas em sua maioria são contrários, e Júlia, apesar de considerar importante, não deixa de expressar que tem que ver “o seu ponto de vista também”: o que mostra que é algo que de alguma forma não deixa de incomodar, ou produzir um sentimento de prejuízo.

Muito se discute a questão de que, enquanto entrevistadas, as pessoas tenham uma preocupação em dar uma resposta considerada satisfatória De acordo com Pager (2006)

“Uma das principais críticas à pesquisa de atitudes diz respeito ao fato de ela ser vulnerável ao viés do que é socialmente desejável, ou seja, à pressão sobre os entrevistados por respostas “politicamente corretas”, mesmo que isso implique distorcer ou desmentir suas crenças verdadeiras.” (PAGER, 2008, p. 69)

Isto é exatamente o que Priscila fala a respeito do fato de, em sua opinião a maioria das pessoas dizerem que são a favor do sistema de cotas: *“Mesmo que elas pensem que não elas falam que sim.”* E que *“As vezes ela pode tá falando aquilo só pra ela num... aos olhos das pessoas de fora não tá sendo uma pessoa preconceituosa.”*

Além das próprias alunas de escola particular considerarem que seus colegas são na maioria contrários ao sistema de cotas, Priscila também acredita que os alunos de escola particular tendem a ser mais contrários a essa política.

Os estudantes contrários às cotas: Pedro, da Escola 1, e Maria da Escola 2, não o são por considerarem que aqueles que não são beneficiados sejam prejudicados, mas por considerarem que todos devem concorrer igualmente, sem haver separação de acordo com raça/cor, pois esta divisão que seria uma discriminação. Pedro defende que não haja separações: *“eu acho que, todos, poderia fazer uma prova só, né?”* e que *“a gente é uma raça só, é a raça humana”* enquanto Maria afirma que *“eu acho que tá fazendo um preconceito. Se o branco e o negro são iguais, por que tem um tanto pra negros e pra brancos não?”*.

Apesar de questionar o fato de haver cotas para negros e brancos não, Maria não argumenta que os brancos são prejudicados, ela quer dizer que se existem cotas somente para negros, eles estariam sendo considerados menos capazes, estariam sendo inferiorizados.

O que podemos perceber é que há uma influência de um pensamento liberal, de igualdade entre os indivíduos presente na fala dos alunos contrários às cotas, mas não para argumentar que elas prejudicam os não beneficiados – como era a suposição da primeira hipótese– mas por considerarem uma discriminação aos próprios beneficiados, que é justamente a terceira hipótese, confirmada na pesquisa.

Os estudantes não consideram as cotas raciais como injustas, porém, na fala de metade deles está presente a afirmação de que seria uma discriminação aos próprios negros. Maria e Pedro manifestam essa opinião, como já foi citado, e Priscila, mesmo defendendo a importância das cotas, afirma que *“É por que eu acho que não é assim que funciona, por que o racismo já vem daí, diferenciando, quem é branco e quem é negro. Então... eu acho que daí já mostra o racismo, dessa maneira assim...”* e também: *“Tem que ter outro jeito de resolver isso sem essa divisão, separação”*.

Além disso, observamos que este é um argumento presente também entre estudantes de escolas públicas, apesar de supor que seria mais presente entre estudantes de escolas particulares. Priscila e Pedro, estudantes de escola pública, compartilham da mesma opinião que Maria, estudante de escola particular.

Priscila, apesar de não se dizer contrária ao sistema de cotas, também afirma que o sistema de cotas “*marca o racismo em vez de combater o racismo*”, um dos argumentos mais utilizados pelos críticos dessa ação afirmativa. Maggie (2005) afirma que:

“O Brasil ao longo do século XX lutou desesperadamente para extinguir a marca que o racismo do século XIX imprimiu sobre o nosso povo. Foi o modernismo que com todas as suas imperfeições lutou pela instituição de um outro paradigma no qual a “raça” não marcava indelevelmente os indivíduos.” (MAGGIE, 2005, p. 288).

O incômodo de Pedro quando falamos em raças e a sua rejeição à idéia de separação de acordo com a “cor” das pessoas, expresso na sua fala: “*Existe só uma raça né, a raça humana entende?*”, é o mesmo argumento de Maggie: “Não há ‘raças’ humanas, mas raça humana.” (MAGGIE, 2005, p. 290).

Outros autores compartilham dessa mesma idéia, e acreditam também que o sistema de cotas vai fortalecer o racialismo na sociedade, como Peter Fry, que em um artigo publicado ainda em 2003, quando as primeiras universidades implementavam a política de cotas, questionava: “Alguém realmente acredita que é possível corrigir as desigualdades raciais grosseiras a custo zero aos cofres públicos? O verdadeiro custo será a consolidação do racialismo, não o fim do racismo. (FRY, 2003).

Destacamos que, percepções como: o sistema de cotas discrimina os próprios negros; essa divisão ou separação entre raças reforça o racismo; todos são iguais e devem ser avaliados da mesma maneira, entre outras similares, estão presente no discurso de alunos como Priscila, Maria e Pedro, do mesmo modo que fazem parte da argumentação de autores como Fry e Maggie, entre tantos outros contrários ao sistema de cotas. De fato, são alguns dos principais argumentos utilizados para que se rejeite essa política.

Se não temos na fala dos estudantes entrevistados o discurso de que as cotas prejudicam as chances daqueles que não são beneficiados – não de modo direto – pela influência da difusão de princípios liberais de igualdade entre os indivíduos, podemos perceber essa influência nos outros argumentos apresentados.

A segunda hipótese: de que existe um fator racial que influencia na avaliação dos estudantes a respeito das cotas raciais, e de que, pelo fato de haverem mais negros ou pardos na escola pública – possíveis beneficiados - e brancos na escola particular as cotas raciais seriam mais amplamente rejeitadas entre esse últimos, não se confirmou como o esperado, embora muito possa ser inferido a partir da fala dos estudantes.

Apesar de Daniele - estudante de escola particular- dizer que acredita que a maioria de seus colegas é contrária às cotas, e de Priscila afirmar que os estudantes de escolas particulares já acham mais injusto, como no trecho a seguir:

Ent: você acha que tem uma opinião diferente dos alunos de escola pública e dos alunos de escolas particulares?
 Pri: tem
 Ent: sobre cotas?
 Pri: tem
 Ent: você acha, que qual é a tendência, assim?
 Pri: Eu acho que no colégio público eu vejo mais pessoas negras.
 Ent: uhum
 Pri: E por isso as pessoas aceitam mais.
 Ent: uhum.
 Pri: colégio particular, não sei. Pode ser uma coisa da minha cabeça, mas como tem pessoas brancas, tem mais pessoas brancas, elas já acham mais injusto, já acham que “ah, num sei, num deve ter assim, por que todo mundo tem a mesma capacidade” elas já pensam dessa maneira.
 Ent: aham. Então tem uma questão racial também nessa opinião também?
 Pri: tem.

Não podemos afirmar que o fator racial ou a condição social sejam decisivos na opinião. Embora na fala das alunas possamos encontrar alguma evidência de que os alunos de escolas particulares sejam em sua maioria contrários às cotas – e que poderia ter uma motivação racial nisto- entre os próprios alunos entrevistados encontramos duas alunas brancas favoráveis às cotas: Priscila e Júlia, estudante de escola pública e estudante de escola particular respectivamente.

Encontramos também dois alunos negros contrários ao sistema de cotas: Pedro, estudante de escola pública, e Maria, estudante de escola particular. Daniele é estudante de escola particular, porém é parda, e também se diz favorável às cotas. Apenas Karla é negra, estudante de escola pública, e se diz favorável às cotas.

Percebemos que, dos seis estudantes entrevistados, quatro são possíveis beneficiários do sistema de cotas raciais, no entanto dois são favoráveis a essa política: Karla e Daniele, enquanto que dois são contrários: Maria e Pedro. As duas estudantes que não são possíveis beneficiárias: Priscila e Júlia, se mostram favoráveis às cotas.

Se analisamos o tipo de instituição em que estudam: pública ou privada, percebemos que: das três estudantes de uma escola particular entrevistadas, duas são favoráveis ao sistema de cotas – Júlia e Daniele – e uma contrária, – Maria- enquanto que dos três estudantes de uma escola pública entrevistados, também percebemos que duas são favoráveis – Priscila e Karla – e um é contrário – Pedro.

Não podemos dizer que não existem pessoas que se manifestem contra o sistema de cotas justamente por serem brancas ou estudantes de escolas particulares, e considerem um

sistema injusto, influenciadas por esses fatores, por não poderem ser beneficiadas. Pode até ser que uma grande parte das pessoas sejam contrárias por esses motivos, no entanto não devemos considerar como os únicos motivos, ou como a razão determinante para a opinião.

O fato de os dois estudantes entrevistados contrários ao sistema de cotas serem negros, possibilita pensarmos na possibilidade de uma motivação racial que influencie na opinião de um modo diferente daquela sugerida em uma das hipóteses: a despeito da possibilidade de pessoas brancas serem contra o sistema de cotas, motivadas pelo fato de que, por serem brancas não puderem se beneficiar e se sentirem prejudicadas, devemos considerar a possibilidade de pessoas negras serem contrárias às cotas por se sentirem discriminadas ou inferiorizadas pelo fato de “dependerem” ou serem “ajudadas” por serem negras.

Podemos concluir que este é um tema bem controverso, e que as opiniões na sociedade são bem divididas, de modo que as pessoas são favoráveis ou contrárias de acordo com vários motivos. Entre eles estaria a opinião influenciada por um fator social ou racial, visando os seus próprios interesses, no entanto, este não é o único motivo.

Havia também a hipótese de que os estudantes que se encaixam no perfil de cotistas teriam um desconhecimento total ou parcial sobre a política de cotas, o que prejudicaria o alcance da própria política. Entre os motivos deste desconhecimento estariam a falta de práticas e programas institucionalizados nas escolas que informem os alunos sobre a mesma.

De fato, praticamente todos os alunos entrevistados diziam não conhecer nada sobre o sistema de cotas, ou conhecer de um modo superficial, e quando perguntados sobre a informação oferecida pela escola, ou os alunos disseram nunca ter ouvido falar sobre o tema na escola, ou disseram que embora o tema já tenha sido debatido, não há um aprofundamento, não há uma explicação direcionada para o funcionamento dessa política.

Neste ponto, percebemos uma diferença clara entre as duas escolas: enquanto as alunas da escola particular: Júlia, Daniele e Maria foram unânimes em dizer que o tema é abordado na escola, os estudantes da escola pública: Pedro e Priscila disseram nunca ter visto um professor falar sobre o tema, enquanto Karla disse que o tema é abordado em situações excepcionais, como a semana da consciência negra.

Mesmo assim, embora seja um tema que já viram ser abordado na escola, as alunas de escola particular afirmam não ter um conhecimento mais aprofundado sobre essa questão. Maria e Daniele, possíveis beneficiárias das cotas raciais, fazem as seguintes afirmações: Maria: *“Na minha não. Eles dão uma idéia de como fazer inscrição, como entrar na UnB. Mas não aprofunda. Eles falam por alto”* e Daniele: *“Pela totalidade do assunto, acho que eu sei bem pouco.”*

Pedro e Karla, possíveis beneficiários do sistema de cotas, também demonstraram saber pouco ou mesmo nada a respeito dessa política. Como observamos nos diálogos, quando perguntado sobre o que entendia por sistema de cotas raciais, Pedro afirma que não fazia idéia do que se tratava, enquanto Karla diz já ter ouvido falar, mas não se lembra muito bem, e que não saberia explicar:

O que constatamos pelas entrevistas é que tanto alunos que podem ser beneficiados como aqueles que não podem ser beneficiados pelo sistema de cotas não têm muito conhecimento sobre o tema. As alunas que dizem terem mais interesse pelo tema, e que demonstram mais conhecimento, dizem buscar informação na internet. Júlia diz que o tema já foi abordado na escola, mas que também pesquisa na internet, enquanto Priscila afirma que nunca teve informação pela escola: *“Eu nunca vi informação nessa escola não”* e que partiu do seu próprio interesse e curiosidade pesquisar sobre esse tema.

Outro ponto a se destacar é que essas mesmas alunas são aquelas que dentre os entrevistados não podem ser beneficiadas pelas cotas raciais, o que corrobora a hipótese do desconhecimento dos próprios estudantes que podem ser beneficiados por essa política – apesar do fato de que os estudantes de um modo geral demonstram não ter tanto conhecimento em relação a essa questão.

Podemos constatar também, que se na escola pública os alunos dizem não ter informação, na escola particular, aonde o tema chega a ser debatido pelos professores, não o é em profundidade, explicando sobre o funcionamento do sistema. Isso confirma a hipótese de que faltam práticas e programas institucionalizados nas escolas que informem os alunos sobre as cotas raciais.

Além disso, podemos observar que esta não é uma temática presente no dia – a – dia desses estudantes. Todos os entrevistados disseram que este não é um assunto que costumam comentar entre os colegas, apenas na sala de aula quando é proposto pelo professor. Priscila afirma que *“As pessoas não ligam pra isso, elas não ligam pra esse tipo de tema e elas acham bobo, essas coisa”* enquanto Maria diz que: *“Ah, a gente fala mais na aula, quando tem alguma atividade, mas assim, falar, pra comentar, eu não falo não.”*

A maioria dos alunos entrevistados considera que este não é um tema muito debatido na sociedade. Pedro afirma que *“assisto muito jornal, mas nunca prestei atenção não, nunca ouvi falar não, eu mesmo nunca vi não”*, Priscila diz que existem temas mais debatidos e que não vê as pessoas falando sobre cotas: *“Não vejo. Não vejo falando na televisão, não vejo no jornal, não vejo, não vejo em revista, não vejo em site, não vejo.”*

Para Karla, as pessoas não gostam de falar sobre esse tipo de assunto: *“Por causa que, a maioria das pessoas... num gosta de ficar comentando, tem gente da minha própria cor, então...”*. Entre as alunas da Escola 2, Maria não considera um tema muito debatido, em parte devido ao fato de não conviver com pessoas que falem sobre isso, e também por não ter interesse nesse assunto: *“Não considero muito debatido. Como eu não tenho convívio com pessoas que falem sobre isso, eu acho meio desnecessário”*.

Daniele considera que o tema não é debatido o suficiente: *“Por que é raro eu ouvir discutindo. Ou surgir um assunto que eu dê minha opinião.”*. Apenas Júlia considera um tema debatido. Ainda assim, considerando o seu dia-a-dia, afirma que é mais debatido na escola do que fora dela.

Podemos perceber que a temática das cotas raciais não é tão debatida na sociedade, e mesmo nas escolas, onde poderia ser mais debatida, parece ser um tema abordado muito raramente pelos professores. O problema é que podemos supor que não apenas o sistema de cotas não é discutido, como também a questão do racismo e as relações raciais não são um tema que fazem parte das discussões no dia-a-dia da maioria das pessoas.

Outras questões merecem ser destacadas, como por exemplo, a associação que a estudante Karla faz entre o estudo e a possibilidade de conseguir um bom emprego, com o qual possa se sustentar: *“você tem que pagar pra comer”* e o estudo seria o meio para conseguir algo bom, e defende a possibilidade das cotas: *“por que se é, só tem essa maneira de eu conseguir alguma coisa. Então tem que ser desse jeito [...]”*

Karla enfatiza a necessidade de estudar para conseguir um bom emprego, pois precisa do dinheiro para se manter, e enxerga fazer um curso superior como uma possibilidade de ascensão social, para que com essa formação possa conseguir o que considera um bom emprego, que lhe daria uma melhor condição de vida.

Isto vai de encontro com o que seria um dos objetivos das cotas, e que é uma das justificativas dos seus defensores: Diante da desproporcionalidade de brancos e negros cursando o nível superior, o sistema de cotas permitiria que aumentasse a representação dos negros nas universidades, primeiramente, e conseqüentemente, nas posições de prestígio na sociedade: *“São baixíssimos os números de negros que têm tido acesso ao ensino superior, entendido como porta de excelência aos cargos de prestígio econômico e político da sociedade.”* (BERNARDINO- COSTA, 2004, p. 28).

A partir de uma percepção como a de Karla, e também da de outros estudantes entrevistados, que consideram o sistema de cotas como uma oportunidade de pessoas terem

acesso ao ensino superior, que de outro modo não teriam, podemos questionar a idéia de que a ação afirmativa racial é baseada em algum ideal multiculturalista.

Isto é o que discutem Campos e Feres Júnior (2014), em artigo sobre as relações entre ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo. Os autores afirmam que a ação afirmativa racial no Brasil vem sendo sinônimo de dissenso, e que a vinculação da ação afirmativa a uma idéia de justiça multiculturalista parece central a essa controvérsia. (CAMPOS; FERES JÚNIOR, 2014).

Para Campos e Feres Júnior (2014) esta noção é partilhada por pessoas favoráveis e também por pessoas contrárias a políticas como as cotas raciais:

“Desse ponto de vista, o objetivo primeiro de tais políticas seria reconhecer e valorizar as diferenças culturais de determinados grupos, no caso do Brasil, os negros. Essa definição da ação afirmativa racial parece refletir uma premissa anterior, qual seja, a de que ela consiste em uma política “importada” dos Estados Unidos.” (CAMPOS; FERES JÚNIOR, 2014, p. 103).

Esta premissa, aliás, muito utilizada para deslegitimar as ações afirmativas raciais no Brasil. Campos e Feres Júnior citam autores como José Murilo de Carvalho e George Zarur, que consideram que o sistema de cotas raciais no Brasil é uma importação de um modelo aplicado nos Estados Unidos e que não condiz com a realidade brasileira:

“Para José Murilo de Carvalho, por exemplo, as cotas raciais baseiam-se numa valorização de etnias próprias dos Estados Unidos, uma falácia ‘importada não para acabar com a polarização, mas pra implantá-la num país em que ela não existia.’ (CARVALHO, 2007, p. 115, apud CAMPOS. FERES JUNIOR, 2014, p. 103-104).

Campos e Feres Júnior procuram expor as contradições existentes “nessa associação quase automática entre ação afirmativa racial e filosofias morais que defendem o direito à diferença cultural.” (CAMPOS; FERES JÚNIOR, 2014, p. 104). Os autores abordam importantes teóricos multiculturalistas e comunitaristas para mostrar que, “ao contrário do que se pensa, se existe um ponto que une filosofias morais tão distintas é justamente a ideia de que ações afirmativas raciais são políticas essencialmente assimilacionistas.” (CAMPOS; FERES JÚNIOR, 2014, p. 105).

Os autores argumentam que, as ações afirmativas raciais no Brasil cumprem muito mais um papel relacionado à promoção de oportunidades, e que o pertencimento a um grupo social específico, indica uma dada condição social (p. 115). Segundo os autores:

“Se os procedimentos das ações afirmativas raciais podem encorajar o reforço de fronteiras étnicas, as metas que elas se colocam têm mais a ver com a equalização de oportunidades sociais e a conseqüente assimilação de grupos subalternos aos estratos superiores da sociedade. Ademais, se, como apontam vários autores, no Brasil o liame entre percepção racial e cultura é fraco (Sansone, 2004),

tais políticas tendem a produzir um efeito maior de inclusão social do que de construção étnica e cultural.” (CAMPOS; FERES JÚNIOR, 2014, p. 116).

Júlia também fala a respeito da sub-representação dos negros no ensino superior, assim como Daniele, que afirma que “*o intuito é ter o equilíbrio de negros na universidade, que não existe.*”. Júlia afirma que a maioria dos universitários são brancos e apresenta dois importantes argumentos utilizados para justificar o sistema de cotas: a sub-representação dos negros no ensino superior, e o preconceito de que são alvo, fator que prejudica no acesso ao ensino superior, haja visto que: “Pesquisas e estudos comprovam que os/as jovens negros/as têm sua trajetória maculada pelas marcas do racismo, que confere à grande maioria deles/as um lugar subalterno na sociedade.” (VALVERDE, 2008, p. 33).

Alencar (2008) explica que as justificativas para a adoção de ações afirmativas por parte das universidades brasileiras sempre estiveram baseadas em dados estatísticos que demonstram a baixa representação dos negros no ensino superior e que:

“Além disso, os projetos de lei que propõem ações afirmativas e os discursos parlamentares dos que defendem esse tipo de política invariavelmente apresentam as grandes discrepâncias que existem entre a proporção de negros na população brasileira e a proporção deles nas universidades por exemplo.” (ALENCAR, 2008, p. 18)

No lado oposto, aqueles que se colocam contrários a ações afirmativas como as cotas “raramente negam os dados que atestam a sub-representação dos negros em posição de prestígio” – apesar de que existem aqueles que questionam a validade ou legitimidade das pesquisas- e o que questionam é “o nexos entre a discriminação racial e desigualdades no acesso às universidades, pois sustentam o argumento de que as desigualdades existentes são exclusivamente de natureza social.” (ALENCAR, 2008, p. 18)

É aquela discussão que envolve racismo e preconceito de classe, onde muitos dos que se colocam contrários a políticas como as cotas vão dizer que na realidade não existe racismo no Brasil, e sim preconceito em relação à classe social. Para Theodoro (2008) “É assim que a defesa da democracia racial, como ideário estruturante de nossa sociedade, ganha força e relevo no discurso contrário à adoção de políticas públicas ditas específicas para a população negra.” (THEODORO, 2008, p. 172).

A ligação entre o mito da democracia racial e os argumentos contrários às cotas raciais é evidente: De acordo com Bernardino- Costa (2004) existem três argumentos constantemente desenvolvidos em prol do mito da democracia racial: I) Não conhecemos forte hostilidade entre os grupos raciais no Brasil; II) Não é a raça, mas a classe social que explica a atribuição de status e as oportunidades de vida dos indivíduos e III) O Brasil é um país miscigenado,

sendo, portanto, irrelevante distinguir quem é branco e quem é negro” (BERNARDINO-COSTA, 2004, p. 16)

De outro lado, de acordo com Alencar (2010), os argumentos contrários a ações afirmativas direcionadas à população negra, apresentados por parlamentares no contexto de discussão sobre o sistema de cotas raciais, e outras medidas direcionada a população negra contidas no Estatuto da Igualdade Racial eram os seguintes: I) a impossibilidade de saber quem é negro em um país mestiço como o Brasil; II) o medo de se aprovar leis que pudessem acirrar os conflitos raciais no Brasil e III) A desnecessidade em se adotar políticas raciais, mais afeitas à realidade de países como os Estados Unidos” (ALENCAR, 2010, p. 98).

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que Karla está falando do preconceito em relação a uma pessoa negra, ela também fala do preconceito em relação à roupa dessa pessoa, o que pode nos sugerir um preconceito de classe, já que “o menino de lá” – o menino rico do Lago Sul – teria preconceito com a roupa dele – o estudante da Ceilândia. Nesse caso, a estudante faz uma associação automática entre raça e pobreza, mostrando como esses fatores são interligados de tal forma, que fazem parte de um imaginário entre os brasileiros, que de acordo com Guimarães (2002) associa preto e pobre de um lado, e rico e branco de outro.

O autor argumenta que “em vez de continuarmos a pensar que a relação entre ‘cor’ e pobreza é de coincidência, passamos a investigar o papel constituinte da ‘cor’ sobre a pobreza. Passamos também a buscar os fundamentos raciais da classificação por cor no Brasil.” (GUIMARÃES, 2002, p, 77).

Um outro ponto importante de se destacar é a noção que Maria tem em relação às cotas, e a sua comparação entre cotas raciais e cotas para pessoas com deficiência. A estudante demonstra ter uma noção introjetada de que as cotas são a própria discriminação, de que elas fazem com que a pessoa fique em uma posição inferiorizada, de modo que ela preferia não ter a possibilidade de ser beneficiada – a ponto de se sentir “menor” por conta disso.

No entanto, apesar de não ter uma visão positiva em relação às cotas, Maria concorda com as cotas para pessoas com deficiência, enquanto que em relação às cotas raciais, afirma que há um preconceito, e considera brancos e negro iguais: *“Eu como também sou deficiente, tem cotas pra deficientes né? Por esse lado eu concordo. Mas por causa da minha cor não.”*

Maria parece considerar que em relação a pessoas com deficiência há uma justificativa, havendo assim a necessidade de uma reserva de vagas, enquanto que o fato de a

pessoa ter a pele negra não faria diferença, e a reserva de cotas por esse motivo seria uma discriminação, pois estaria colocando os negros como se tivessem alguma deficiência.

Maria também faz uma afirmação importante com relação à “vergonha” que cotistas teriam em falar que foram beneficiados, ou, o medo do preconceito: *“eu acho que tem muito preconceito, não só por parte das outras pessoas, mas das que são beneficiadas também. Por que elas têm vergonha de falar que entraram por cotas. Às vezes não se acha inferior, mas tem vergonha de falar.”*

Essa “vergonha”, ou o “medo” do preconceito se devem ao fato de o cotista ser visto de alguma maneira estigmatizada. O conceito de estigma foi bem trabalhado por Goffman, e uma das situações de interação social analisadas pelo autor envolvendo o estigma, é aquela onde o indivíduo “estigmatizado” procura esconder o seu estigma.

Gaulejac realizou um importante estudo: “As origens da vergonha”, onde “são abordados estudos de casos sobre as mais diversas facetas do tema da vergonha. Em toda a obra, discute-se os efeitos subjetivos de elementos como pobreza, fracasso escolar, miséria afetiva, desqualificação social [...]” (FEITOSA et al, 2012, p. 205).

Fatores relacionados à discriminação racial podem ser considerados como um elemento “gerador de vergonha”, uma vez que “Gaulejac (2006, p. 43) considera que ‘as relações sociais são relações de dominação em que os aspectos simbólicos são tão determinantes quanto os econômicos’ no que concerne à origem do sentimento da vergonha.” (GAULEJAC, 2006, p. 43 apud FEITOSA et al, 2012, p. 206).

Destacamos a opinião de Karla a respeito da visão de estudantes de escolas particulares e públicas, se este fator influencia na opinião em relação ao sistema de cotas, ou se haveria um fator racial na opinião: a estudante acredita que se as pessoas tiverem mais conhecimento, se elas estiverem informadas do que está acontecendo, no caso, como funciona o sistema de cotas, elas irão aceitar. Em certa medida faz sentido, pois muitas pessoas – e não só em relação a esse caso específico das cotas – rejeitam algo, ou têm preconceito devido à ignorância a respeito do próprio tema em questão. Por outro lado, como explicar o fato de renomados intelectuais e acadêmicos das mais diversas áreas serem críticos ferrenhos desse tipo de política?

Como afirma Guimarães:

“A discussão de políticas afirmativas para a população negra, por exemplo, conta, entre seus principais adversários, com os melhores e mais renomados cientistas sociais do país. Esses argumentaram que tais problemas contrariam os valores liberais (REIS, 1997) e ferem a inteligência nacional (DA MATTA, 1997; FRY, 2000). Para eles, a idéia de adotar tais políticas é equivocada e simplista.

Equívoca porque reforça identidades étnicas e raciais, que reificam o racismo; simplista porque contrariam a nossa tradição cultural” (GUIMARÃES, 2002, p. 71).

O autor argumenta que:

“À medida que o movimento negro ganhou maior proeminência política, principalmente quando passou a defender políticas públicas voltadas para a população negra, ferindo interesses e privilégios consolidados, o mal-estar da academia tendeu a transformar-se facilmente em conservadorismo político.” (GUIMARÃES, 2002, p.57-58).

Os estudantes foram unânimes em dizer que as pessoas beneficiadas pelas cotas podem sofrer algum tipo de preconceito ou discriminação, bem como acreditam que pode haver algum conflito entre os beneficiados e os não beneficiados pelo sistema de cotas. Apesar disso, e apesar das críticas que alguns dos estudantes favoráveis ao sistema de cotas fizeram, há um consenso de que está é uma política que deve permanecer por um tempo indeterminado, até que haja uma solução mais adequada.

Priscila acredita que deve ser uma política temporária, mas que deve permanecer por enquanto, *“por que se tirarem as cotas aí, acabou tudo! Essas pessoa todas vão ser prejudicadas”* enquanto que Júlia e Daniele defendem que deve ser uma política permanente, de acordo com esta última, *“se os negros tiverem as mesma condições, acho que não vai ser mais necessário cotas.”*

Karla e até Maria que é contrária à ação afirmativa, vinculam a sua permanência aos resultados. Para Karla, se tiverem resultados positivos, a política de cotas deveria se tornar uma lei, de modo permanente, enquanto que para Maria, apesar de contrária às cotas, afirma que devemos esperar quais vão ser os resultados: *“mas se der resultado deve ficar, agora se não mudar nada, não adianta.”*

A questão referente às expectativas dos estudantes em relação às suas chances de entrarem em uma instituição de ensino superior, se isto realmente faz parte dos seus planos, infelizmente não foi abordada nesta pesquisa. Devido à preocupação em focar nas percepções dos estudantes em relação ao sistema de cotas, esta questão acabou não sendo lembrada. A não ser por uma das estudantes, Maria, quando defende o investimento na educação, em vez de cotas: *“Se você não melhorar o ensino, se ela não tiver educação e o interesse. Ela vai querer entrar na universidade? Com cota ou não? Aí não tem material, não teve educação necessária. Aí, você vai pensar, que não faz diferença, não vai ter interesse.”*

Com relação às hipóteses propostas, observamos que duas delas se confirmaram: metade dos alunos entrevistados afirmaram enxergar as cotas raciais como uma discriminação em relação aos próprios negros. Essa afirmação estava presente tanto no discurso de

estudantes de escola pública, quanto nos de escola particular. Também foi possível constatar que há um desconhecimento considerável a respeito da política de cotas, tanto por alunos de escola pública como de particular, possíveis beneficiados ou não, e que as escolas não oferecem informações suficientes a respeito dessa política para os seus alunos.

Outras duas hipóteses não se confirmaram: Os estudantes – mesmo aqueles que não poderiam ser beneficiados por cotas, como aqueles que são contrários a essa política- não utilizaram o argumento de que as cotas prejudicam as chances de alunos que não se encaixam dentro dessa política entrarem para a universidade. As divergências de opiniões encontradas, tanto entre os alunos de escola pública quanto entre os alunos de escola particular, bem como entre alunos que podem ou não serem beneficiados pelo sistema de cotas, demonstra como esse é um tema muito controverso, sobre o qual não se pode afirmar que um fator racial ou social seja determinante para a opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos através da pesquisa, podemos afirmar que, assim como em outros segmentos da sociedade em que é debatido, não há um consenso a respeito do sistema de cotas raciais entre os estudantes, longe disso, o que observamos foram diferentes percepções e divergências entre os alunos de escola pública, entre os alunos de escola particular e entre aqueles que podem ser beneficiados bem como entre os que não se encaixam no perfil de cotistas.

Não podemos afirmar que há um grande contraste na percepção dos alunos de escola pública em relação aos alunos de escola particular. Embora seja possível considerar que muitas pessoas tenham a opinião influenciada por fatores raciais ou sociais, não é possível que consideremos estes como fatores determinantes.

É verdade que os estudantes tanto de escola pública quanto de escola particular sugerem que há uma tendência de que nas escolas particulares haja uma maior rejeição ao sistema de cotas, no entanto, esta hipótese aparece de um modo indireto, de acordo com o que os estudantes imaginam a respeito de seus colegas, ou dos estudantes de outras escolas. No entanto, as próprias percepções dos estudantes entrevistados contradizem o que é suposto: quando encontramos estudantes que não podem ser beneficiados sendo a favor dessa política, e estudantes potenciais beneficiários demonstrando uma rejeição à mesma.

Podemos concluir que há de fato um desconhecimento total ou parcial de praticamente todos os estudantes entrevistados em relação ao sistema de cotas e seu funcionamento. É

preciso que sejam realizadas práticas e programas institucionalizados nas escolas que informem os alunos a respeito do mesmo.

Por fim, podemos observar que um tema como o sistema de cotas não faz parte do cotidiano dos estudantes, nem mesmo nas escolas. Este é um fato que merece atenção, pois, se as cotas raciais não são tão debatidas, questões como racismo e desigualdade racial também não serão, o que é preocupante, principalmente em se tratando de um país com desigualdades raciais históricas como o Brasil, e pelo fato de princípios racistas continuarem operando na sociedade. É preciso mudar essa realidade. Começando pelas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Rafael Augusto da Costa. Ações afirmativas no Brasil: um estudo de caso sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, 2010.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. Martin W. Bauer e George Gaskell (ed) Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2008. (pp. 17-36)
- BAYMA, Fátima. Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 75, p. 325-346, abr./jun. 2012|. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n75/06.pdf>
- BERNARDINO- COSTA, Joaze. Levando a raça a sério: Ação afirmativa e correto reconhecimento. In: Joaze Bernardino Costa e Daniela Galdino (orgs). Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2004. 251 p (Coleção políticas da cor) – (pp 15-37)
- CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. Ação Afirmativa, Comunitarismo e Multiculturalismo: Relações necessárias ou contingentes? RBCS vol. 29, nº 84, p. 103-118, fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/06.pdf>
- CARVALHO, Igor. Dez anos de cotas nas universidades: O que mudou? Revista Fórum Semanal [online] 2014. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/>
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Pungente retrato do universalismo apunhalado. Horizontes Antropológicos, vol. 11, nº 23, Porto Alegre jan./jun. 2005, p. 255-257. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a21v1123.pdf>
- FEITOSA, Izayana Pereira et al. Repensando o sentimento da vergonha: contribuições psicossociológicas. In: Fractal: Revista de Psicologia. vol.24 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2012. Resenha de GAULEJAC, V. As origens da vergonha. São Paulo: Via Lettera, 2006.

(pp. 205- 210). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v24n1/v24n1a14.pdf>

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação Afirmativa, Raça e Racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. *Revista de C. Humanas, Viçosa*, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo8vol12-2.pdf>

FRY, Peter. Ossos do ofício. In: Carlos Alberto Steil (org). *Cotas Raciais na Universidade – um debate. Série Síntese Contemporânea*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 124-125.

_____. Introduzindo o racismo. (2003) In: *Inclusão social: um debate necessário?* UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=33>

GASKELL, GEORGE. Entrevistas individuais e grupais. In: *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático*. Martin W. Bauer e George Gaskell (ed) Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2008. (pp. 64-89)

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999 (pp. 7-71).

_____. *Classes. Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 (pp. 197-221).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Participação em Foco. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial*. [201-?] Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial>

JACCOUD, Luciana. Racismo e República. o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. Mário Theodoro (org). Brasília: IPEA, 2008. (pp. 49-68).

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília : IPEA, 2002.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos quem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MAGGIE, Yvonne. Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas. *Horizontes Antropológicos*, vol. 11, nº 23, Porto Alegre jan./jun. 2005, p. 286-291. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a29v1123.pdf>

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). *Horizontes Antropológicos*, vol. 11, nº 23, Porto Alegre jan./jun. 2005, p. 181-214. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a11v1123.pdf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTAL MEC, 2012. Perguntas Frequentes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição. Mário Theodoro (org). Brasília: IPEA, 2008. (pp. 69-99).

PAGER, Devah. Medir a discriminação. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2. (pp. 65- 88). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a04v18n2.pdf>

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Edgardo Lander (org.) A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Clacso, 2005, pp. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> (pp. 1- 25).

SALZANO, Francisco. Raça, racismo e direitos humanos. Horizontes Antropológicos, vol. 11, nº 23, Porto Alegre jan./jun. 2005, p. 225-227. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a15v1123.pdf>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PORTAL STF, 2012. Notícias STF: “STF julga constitucional política de cotas na UnB”. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>

_____. PORTAL STF, 2012. Notícias STF: “STF julga nesta quarta ações contra cotas em universidades públicas” Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=205659>

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição. Mário Theodoro (org). Brasília: IPEA, 2008. (pp. 19-47).

VALVERDE, Danielle Oliveira. A política de cotas da Universidade de Brasília e o lugar do/a jovem negro/a na educação. 2008. 263 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

ANEXO A – Tópico guia

- 1) O que você entende por sistema de cotas?
- 2) Você ouviu falar desse tema no seu dia-a-dia? Considera um tema muito debatido na sociedade?
- 3) Em sua opinião, porque foi criado o sistema de cotas? O que você pensa a respeito dessa política? Você vê alguma diferença entre cotas raciais e cotas sociais?
- 4) O que você sabe sobre a política de cotas nos dias de hoje? Como você se informa a respeito desse tema? É um tema que te interessa? Considera relevante para você?
- 5) Você acredita que possa ser beneficiado pelo sistema de cotas? Conhece alguém que já entrou na universidade através das cotas? Essa pessoa concluiu o curso? Você acredita que pessoas beneficiadas pelas cotas podem sofrer algum tipo de preconceito ou discriminação?
- 6) Este é um tema que é debatido na escola pelos professores ou entre seus colegas? O que seus colegas pensam a respeito? Qual a informação oferecida pela escola sobre o funcionamento do sistema de cotas ou sobre o que você tem que fazer para utilizá-lo?
- 7) De acordo com a sua experiência, você acha que a maioria das pessoas é a favor ou contrária às políticas de cotas? Em sua opinião, quais seriam os pontos positivos e negativos com relação ao sistema de cotas? Você considera que esta política deve ser permanente ou temporária? Por que?
- 8) Você acredita que as cotas raciais podem causar algum problema ou conflito entre aqueles que são beneficiados e aqueles que não são beneficiados por essa política? Descreva o conflito ou problema.

- 9) Em sua opinião, há alguma diferença na visão dos estudantes de escolas públicas e dos estudantes de escolas particulares em relação ao sistema de cotas? Você acredita que a “raça ou a “cor” da pessoa influencia na opinião sobre esse tema?

ANEXO B – Lista de códigos utilizados na transcrição

Ent: Entrevistador

Ped: Pedro

Kar: Karla

Pri: Priscila

Jul: Júlia

Dan: Daniele

Mar: Maria

(rs): risos

e... tipo... porque... etc: mantém a última sílaba por alguns instantes

[?]: trecho inaudível ou incompreensível